



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Curso de Graduação em Comunicação Social

Beatriz Fidelis Thomaz Maya

**A face midiática dos partidos brasileiros: análise da representação político partidária
em três dos principais jornais impressos do Brasil**

Brasília – DF
Dezembro / 2015

BEATRIZ FIDELIS THOMAZ MAYA

**A FACE MIDIÁTICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS: ANÁLISE DA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA EM TRÊS DOS PRINCIPAIS
JORNAIS IMPRESSOS DO BRASIL**

Monografia apresentada como “Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social”, na habilitação Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. WLADIMIR GANZELEVITCH GRAMACHO

Brasília – DF

Dezembro / 2015

BEATRIZ FIDELIS THOMAZ MAYA

**A face midiática dos partidos brasileiros: análise da representação político partidária
em três dos principais jornais impressos do Brasil**

Monografia apresentada como “Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social”, na habilitação Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho

Aprovada em dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wladimir Ganzelevitch Gramacho (orientador)

Profa. Dra. Liziane Soares Guazina

Prof. Dr. David Renault da Silva

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira (suplente)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo a Deus, a energia cósmica que me orienta sempre na direção certa e ao lugar certo. Obrigada pelas dificuldades, tudo se torna aprendizado ou experiência. Tudo me acrescenta.

A meus pais, Lilian e Marconi, que com a rigidez de seus ensinamentos me mostram sempre a maciez do amor. Nos puxões de orelha, nos aconselhamentos e nos desabafos, sempre me empurrando pelo caminho, nada fácil, que a vida me abre.

Às pequenas irmãs, Natália e Clara, verdadeiras mães no momento de me tirarem da cama e mandarem estudar. De abraçar quando foi preciso e brigar quando necessário. Obrigada.

Aos meus amigos de curso e de desabafos, Karla, Tainá e Gustavo, pela paciência com as constantes reclamações e pelas falas de incentivo. Também a todos os que dividiram esses momentos de desespero, me mostrando que não estou sozinha nunca.

À amiga-irmã Millena. Pelas palavras doces nos momentos de desalento e pelas palavras duras nos momentos de fraqueza. Foram todas fundamentais.

À afilhada Paula, amiga de longe que afaga sempre perto, e à sua mãe Sandra. Por toda a ajuda, mesmo enviada a quilômetros de distância, e por me adotarem como verdadeira filha.

Ao orientador Wladimir, este trabalho é nosso.

To Laurentiu, the safety island I find in the moments I get lost deep inside my thoughts. For the unexpected loving answers that keep bringing my reveries back to the real world. And for the patience, thank you.

RESUMO

O presente estudo é uma busca por compreender como são representados os partidos políticos na mídia impressa brasileira. A proposta foi fazer uma análise das notícias dos cadernos referentes à política durante quatro semanas (selecionadas em formato de semana composta), tomando a semana eleitoral como data central da análise. Foram analisados três jornais impressos de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*) no período compreendido entre 13 de julho de 2014 e 12 de fevereiro de 2015. O objetivo era observar como se dá a apresentação dos partidos políticos nas notícias desses, se eles possuem independência ou se vêm sempre associados a um governante ou parlamentar, se eles possuem voz própria ou se são meros cenários de representação. Qual é a face que os partidos mostram diante da mídia tem como finalidade compreender, de forma um pouco mais clara, a face o fenômeno político-partidário na mídia no Brasil.

Palavras-chave: Partidos políticos. Mídia impressa. Jornalismo político. Valor notícia. Organização partidária.

ABSTRACT

This analysis aims to comprehend how the Brazilian political parties are showed by the journals in Brazil. The proposal was to do an analysis of the news reports of the areas in the newspapers dedicated to the political news. The duration of the analysis was four weeks (organized in the composite week model), taking the electoral week as the central date. Three Brazilian newspapers that are sold in the whole country were analyzed: *Folha de S.Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* and the period consists in the weeks between July 13th 2014 and February 12th 2015. The intention was to observe how the political parties are presented in the news reports of these three newspapers, if they are independently mentioned, or if they always appear as an adjective of a political candidate; if they talk for themselves or if they don't have a proper voice of speech. What is the face the political parties show to the media? The intention is to comprehend in a clearer manner the parties' phenomena inside the Brazilian media.

Key-words: Political parties. Press media. Political journalism. News value. Party organization.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 – Explicação de termos sobre os locais do texto	44
Figura 2 – Ilustrativo da categoria 6	44

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Jornais impressos preferidos	41
Gráfico 2 – Notícias por data.....	54
Gráfico 3 – Notícias por jornal e data.....	54
Gráfico 4 – Número de menções por partido	55
Gráfico 5 – Menção antes e depois das eleições	56
Gráfico 6 – Tendência de menção do partido por tamanho da bancada antes das eleições	57
Gráfico 7 – Tendência de menção do partido por tamanho da bancada depois das eleições ...	58
Gráfico 8 – Posição da sigla no texto	60
Gráfico 9 – Posição da sigla no texto por periódico.....	61
Gráfico 10 – Menção em áreas de destaque	61
Gráfico 11 – Razões da citação do partido	63
Gráfico 12 – Razões da citação por período.....	63
Gráfico 13 – Posicionamento do partido	64

TABELAS

Tabela 1 – Dezesesseis partidos: modelo analítico unificado das teorias de Gunther e Diamond (2003) e Katz e Mair (1995).....	13
Tabela 2 – Classificação dos partidos brasileiros	33
Tabela 3 – Organização da semana composta	42
Tabela 4 – Partidos na Câmara dos Deputados	44

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS	VI
SUMÁRIO.....	VII
INTRODUÇÃO	1
1. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	3
1.1. O modelo representativo de poder e a organização partidária.....	3
1.1.1. Desenvolvimento e modelos de organização partidária	4
1.1.2. Definições	5
1.1.2.1. Partidos de elite	6
1.1.2.2. Partidos de massa	7
1.1.2.3. Partidos etnicistas	8
1.1.2.4. Partidos eleitores	9
1.1.2.5. Partidos de movimentos	11
1.1.2.6. Partidos de cartel	11
1.1.3. Organização interna dos partidos	19
1.1.3.1. O âmbito externo.....	20
1.1.3.1.1. O partido como organização eleitoral	20
1.1.3.1.2. O partido como organização de governo	21
1.1.3.1.3. O partido como organização legislativa.....	21
1.1.3.2. O âmbito interno.....	21
1.1.3.2.1. O partido como organização burocrática	21
1.1.3.2.2. O partido como organização voluntária de membros	22
1.2. O partidarismo no Brasil	22
1.2.1. Partidos selecionados para a análise – histórias, ideais e tamanhos	24
1.3. O papel da mídia no cenário político.....	34
1.3.1. Mídia e Política.....	34
1.3.2. Os valores notícia	36

2. ANÁLISE	39
2.1. Metodologia.....	39
2.1.1. Protocolo de análise.....	42
2.1.1.1. Posição da sigla na edição	42
2.1.1.2. Razões da citação do partido	45
2.1.1.2.1. Partido como entidade que opina sobre um tema	45
2.1.1.2.2. Partido como identificação de um parlamentar / afiliado	46
2.1.1.2.3. Partido como defensor / representação de uma ideologia.....	46
2.1.1.2.4. Partido como ator que lança candidatura	46
2.1.1.2.5. Partido como representação de um governo presidencial.....	47
2.1.1.2.6. Partido como representação de um governo estatal.....	47
2.1.1.2.7. Partido como referência a uma tendência política	47
2.1.1.2.8. Partido como vítima de ações externas	48
2.1.1.2.9. Partido como ator que pede uma ação	48
2.1.1.2.10. Menção do partido como instituição.....	48
2.1.1.2.11. Menção do partido como ator político em uma das casas / assembleia (liderança / maioria / comitê).....	49
2.1.1.3. Presença do posicionamento do partido	49
2.1.1.3.1. Posicionou-se como entidade na voz de parlamentar	49
2.1.1.3.2. Não se posicionou como entidade	50
2.1.1.3.3. Uma parte do partido deu declaração.....	50
2.1.1.3.4. Posicionou-se como entidade na voz da assessoria	51
2.1.1.3.5. Aparece como entidade.....	51
2.1.1.4. Tamanho do texto.....	52
2.2. Resultados.....	53
2.3. Discussão	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O sistema político partidário no Brasil é foco de diversos debates, pesquisas e controvérsias. Para compreender melhor o fenômeno político partidário na imprensa no Brasil, inicialmente coloca-se a questão: como aparecem os partidos políticos na mídia brasileira? Qual é a cara, a face mostrada ao leitor que esses partidos possuem? Eles são tratados como instituições detentoras de ideologia e discurso próprio ou apenas aparecem como identificação de um parlamentar? E quando mencionados, há a presença da voz do partido nas notícias? Ou ele surge como ator mudo? Instituição estanque, por vezes cenário por vezes ator de diversas tramas políticas? A proposta aqui é analisar as possíveis formas de tratamento dos partidos políticos em três jornais impressos de circulação nacional, tomando como data central o segundo turno das últimas eleições, e refletir sobre qual é a cara apresentada na mídia impressa brasileira da instituição partido político, esta que se encontra em constante debate no cenário brasileiro e que gera tanta polêmica.

Para justificar estudo, explicitam-se inicialmente algumas razões. Em primeiro lugar há dois polos que normalmente se confrontam: de um lado os autores que defendem que o sistema brasileiro é imaturo e inconstante, de outro os que pregam que ele é complexo, porém faz sentido (se considerado o contexto histórico e toda a trajetória política brasileira). Maria D’Alva Kinzo, pesquisadora da área de política no Brasil, defende em seu texto *Os partidos no eleitorado* (2005, p.7) que o baixo índice de identificação partidária no Brasil se dá devido a uma combinação entre informação limitada sobre os partidos, baixo nível educacional e alta complexidade da competição eleitoral. Entretanto, Maria do Socorro Braga e Jairo Pimentel, no texto *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?* (2011), defendem que há sim identificação partidária, principalmente com as duas maiores siglas PT e PSDB, que dominam os resultados eleitorais desde 2002.

O Brasil possui, atualmente, 35 siglas registradas no Tribunal Superior Eleitoral¹. Dessas, 28 possuem pelo menos um representante na Câmara dos Deputados (além delas, há um parlamentar registrado sem partido)². O sistema eleitoral no país é complexo, com formatos diferentes de eleição dos distintos cargos do executivo e legislativo. As eleições para

¹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acessado em: 28/11/2015.

² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>. Acessado em: 28/11/2015.

presidente, governador, prefeito e senador seguem o sistema majoritário, quando o candidato eleito é o que recebe a maioria de votos válidos. No caso de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, o sistema utilizado é o proporcional com lista aberta, em que as vagas são distribuídas de forma proporcional aos votos totais obtidos por cada partido³. No momento de eleger determinados cargos os partidos políticos têm extrema importância, assim como no momento da campanha eleitoral, em que determinadas siglas contam com mais tempo de exposição na TV, recebem mais financiamentos de campanhas, entre outros aspectos. Pode-se observar, portanto, que não é simples a organização do sistema eleitoral e que, dentro deste sistema, os partidos políticos têm importância tanto na escolha de representantes quanto no espaço midiático dedicado aos candidatos.

Essa importância, no entanto, parece não afetar diretamente o eleitor. Se consideradas as últimas pesquisas realizadas de identificação da população com os partidos políticos, as siglas perdem força. Os valores de não identificação com nenhuma sigla em específico subiram de 56,5% em 2013 para 70,67% em 2015⁴. Dos partidos políticos contemplados na pesquisa, apenas dois (PSDB e PMDB) apresentaram um leve crescimento de identificação no último ano.

De forma alguma o presente estudo busca esgotar todas as possibilidades e hipóteses de investigação possíveis diante desse tema. No entanto, foi frente a esse cenário político, por vezes confuso, que a proposta desta monografia surgiu: estudar como os partidos políticos são representados em três grandes jornais brasileiros. Essa análise é apenas uma parte de um cenário muito mais complexo que é o da teia política existente no Brasil, no entanto a intenção é propor algumas questões para reflexão sobre a cobertura política em jornais importantes do país.

A monografia está organizada em dois grandes blocos, o primeiro, mais teórico, revisa os autores utilizados como embasamento do estudo, bem como seleciona as teorias que mais se encaixam na análise e compreensão do presente trabalho. Está dividido entre a parte de teoria sobre partidos políticos e a parte de teoria sobre jornalismo político e valores notícia. O segundo bloco explica detalhadamente a análise realizada para a execução deste estudo, bem como discute as teorias estudadas, relacionando-as com a análise de notícias realizadas.

³Fonte: EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/como-funciona-o-sistema-eleitoral-brasileiro>. Acessado em: 12/11/2015

⁴ Fonte: Pesquisa de identificação partidária. Datafolha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1587139-71-dos-brasileiros-nao-tem-partido-de-preferencia.shtml>. Acessado em: 12/11/2015.

1. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

1.1. O modelo representativo de poder e a organização partidária

O surgimento dos partidos políticos foi um fenômeno social gradativo. No início do processo democrático, a política era exercida diretamente pelo povo, sem a presença de um representante ou um grupo de pessoas que traduzissem as vontades das pessoas. Ainda que a definição de cidadão com direito pleno ao acesso às discussões e decisões políticas fosse, no início, restrita e tenha mudado, é possível dizer que, na época da Grécia Antiga, a democracia era exercida de forma direta pelos cidadãos aptos a desempenhar seu direito político. “*Havia certamente grupos de interesse, correntes de opinião, mas nada parecido com os modernos partidos*” (MOTTA, 2008, p. 12).

A concepção dos partidos políticos como instituições reconhecidas hoje pode ser identificada a partir dos séculos XVII e XVIII; contemporânea, portanto, ao surgimento do regime democrático representativo. Maria D’Alva Kinzo (2005, p.65) caracteriza os partidos políticos como “*instituições que surgiram como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitoral*”. Para Georges Burdeau (1997, p.1), citado na obra *Principles of Representative Government*, de Bernard Manin, as agremiações partidárias existem desde que os homens concordaram pela primeira vez a respeito de algum objetivo com importância social e dos meios necessários para alcançá-lo.

What today we call representative democracy has its origins in a system of institutions (established in the wake of the English, American and French revolutions) that was in no way initially perceived as a form of democracy or of government by the people.⁵

Inicialmente o modelo representativo de governo não foi criado com o objetivo de ser democrático. Bernard Manin (1997) explicita a confusão que se cria ao definir o governo representativo como uma forma democrática em que o cidadão governa e leva suas propostas por meio de representantes escolhidos. Ele exemplifica a diferença em termos práticos entre o

⁵ “*O que hoje nós chamamos de democracia representativa tem suas origens em um sistema de instituições (estabelecidas no despertar das revoluções inglesa, americana e francesa) que não era de forma alguma percebido como uma forma de democracia ou de governo pela população*”. (tradução da autora).

representante que faz o simples papel de carteiro e entrega a mensagem do remetente ao destinatário, sem qualquer controle sobre essa; daquele que tem controle sobre as mensagens e decisões. Hoje a prática da política representativa está muito mais relacionada ao segundo modelo. Atualmente os representantes políticos possuem sim controle sobre as mensagens entregues e decisões tomadas em âmbitos parlamentares, muitas vezes independente das vontades de eleitores que os elegeram ao poder.

Apesar de desde Atenas já haver cargos políticos em que os responsáveis eram eleitos, o fortalecimento e a expansão da atividade partidária ocorreram apenas em meados do século XIX, a partir de quando os grupos políticos evoluíram para a adoção de formas e estruturas mais estáveis, definidas e profissionalizadas. Esta evolução, bem como o início das mudanças das características partidárias até então encontradas, foi impulsionada pela Revolução Industrial, cujos reflexos produziram no operariado “*o sentimento e a necessidade de organizar-se enquanto classe, com o objetivo de combater a burguesia*”⁶.

Com o passar do tempo, evolução e abrangência dos direitos políticos a mais cidadãos, as características iniciais do governo representativo sofreram mudanças para se adaptar às novas demandas sociais. A primeira grande mudança foi a Revolução Industrial e a inclusão de novas camadas sociais à classe de cidadãos com direitos políticos. Outra modificação foi o acesso à comunicação em massa, principalmente por meio da televisão e do rádio. Entre essas e outras, o formato e organização de partidos políticos também teve de sofrer modificações. A seguir são descritas as definições de partidos políticos e feita a compilação de um apanhado de sua evolução.

1.1.1. Desenvolvimento e modelos de organização partidária

Sobre o modelo de partidos políticos e a evolução destes no tempo, Katz e Mair escreveram, em 1995, o texto *Changing Models of Party Organization and Party Democracy*. Os autores defendem a existência de diversos modelos de organização partidária surgidos e desenvolvidos ao longo da história. Houve, segundo Katz e Mair, uma evolução temporal da organização partidária – o que não necessariamente significou o desaparecimento dos estágios anteriores –, que levaram à atual configuração dos partidos políticos.

⁶ Sobre a evolução histórica dos partidos políticos segundo o TSE, possível acessar em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/a-evolucao-historica-dos-partidos-politicos>, acessado em 21/10/2015.

Richard Gunther e Larry Diamond foram outros autores que desenvolveram uma forma de classificação partidária mais recente, em 2003. No texto *Species of political parties* eles propõem uma forma mais abrangente e generalizada de classificação de organizações partidárias para fins de classificação. Eles estendem a classificação proposta por Katz e Mair, excluindo os partidos de cartel, como se verá adiante, mas incluindo outras definições de partidos não contempladas pelo modelo mais geral. Para compreender melhor a tese do processo evolutivo de política partidária desses autores, apresentam-se aqui as definições iniciais e a linha temporal de evolução dos tipos de organização de partidos políticos presentes nos textos.

Primeiramente, Katz e Mair (1995) separam os partidos em quatro grandes grupos: 1) partidos de elite; 2) partidos de massa; 3) partidos *catch all* e; 4) partidos de cartel. Cada um desses é considerado pelos autores um estágio evolutivo no processo de desenvolvimento das instituições partidárias no mundo democrático. Esses autores se restringem um pouco ao cenário europeu, no entanto conseguem, em suas definições, abarcar grande parte dos partidos políticos surgidos no mundo. Posteriormente, na esquemática de Gunther e Diamond (2003), há cinco grandes divisões de partidos, as quais se subdividem em grupos menores a serem explanadas a seguir.

O objetivo dessa divisão proposta pelos autores é reavaliar as tipologias prevalecentes sobre os tipos de partidos políticos justamente para abarcar modelos diferentes surgidos fora do contexto da Europa ocidental. A caracterização das siglas é feita por três parâmetros base: 1) a natureza da organização; 2) a orientação pragmática do partido; 3) e se o partido é democrático ou hegemônico. Com base nesses três critérios foram definidos quinze tipos diferentes de partidos políticos esquematizados a seguir.

Segundo os autores, as organizações partidárias, descritas em seguida, não surgiram ao acaso, foram fruto de um desenvolvimento histórico que acompanhou a evolução da sociedade civil como um todo. Em geral, se pode dizer que no princípio das organizações partidárias (início do século XIX) os partidos eram todos de elite, devido à restrição do sufrágio a uma minoria muito rica da sociedade. Com a evolução histórica, diversos outros tipos de partidos surgiram no mundo. No entanto, não é possível dizer que um tipo de organização partidária substituiu completamente a outra, tampouco que um partido se encaixa totalmente em apenas uma descrição mencionada.

1.1.2. Definições

1.1.2.1. Partidos de elite

Katz e Mair (1995) definem quatro estágios do processo evolutivo da relação entre partidos políticos, Estado e sociedade civil. O primeiro estágio se deu à época do regime censitário liberal do século XIX e início do século XX. Na época as eleições eram restritas àqueles que preenchessem os requisitos e limitações impostos para a atividade política. Havia laços interpenetrados entre os que ocupavam cargos de poder no aparato Estatal e os elementos políticos relevantes da sociedade civil.

Inserido nesse contexto histórico, o primeiro tipo de partido descrito é o *Partido De Elites*. Este tipo de organização partidária é dominado por elites de grupos de ativistas políticos. Desenvolvido na Europa durante o século XIX, está diretamente relacionado ao sufrágio restrito, ou seja, à época em que o direito de voto e de participação política ativa estava relacionado às possessões de terras e ao pagamento de impostos. Nesta organização, os níveis de distribuição de recursos políticos relevantes eram muito limitados e a principal fonte de recursos dos partidos era a existência de contatos pessoais, ou seja, patrocinadores que financiavam a organização. Os canais de comunicação dos partidos eram restringidos a redes interpessoais e se faziam por indivíduos com alto grau de influência política. A participação era adstrita. Logo, os partidos eram pequenos e, normalmente, limitados a indivíduos da elite. Os partidos de elite tinham a função social de fazer com que os interesses da parcela mais alta da sociedade civil chegassem aos ouvidos do governo. Não havia uma distinção clara entre o governo e a sociedade civil relevante no âmbito da política.

Os partidos de elite são definidos por Gunther e Diamond (2003) como as principais estruturas organizacionais mínimas baseadas em elites estabelecidas. Não são partidos ideológicos e se sustentam na distribuição de benefícios a residentes de determinados locais e a aliança entre elites locais. Os partidos de elite podem ser subdivididos em Partidos Tradicionais Locais Notáveis (os primeiros tipos a emergir) e Partidos Clientelistas. Como exemplos do primeiro tipo podem-se citar as facções que dominavam a *British House of Commons* na primeira metade do século XIX e os partidos conservadores franceses no século XIX e primeira metade do século XX. Como exemplos do segundo, tanto na Itália quanto no Japão, lugares em que os sistemas partidários pós-guerra se estabeleceram em sociedades menos modernizadas, o clientelismo, característica deste, era incorporado na própria estrutura dos partidos dominantes, por exemplo, respectivamente o Partido Democrata Cristão italiano e o Partido Liberal Democrático japonês.

1.1.2.2. Partidos de massa

Com a industrialização, houve um aumento no número de pessoas que atingiam os requisitos necessários para participar da vida política do Estado. As restrições à classe operária eram vistas cada vez mais como incompatíveis com os ideais liberais burgueses que surgiam no final do século XIX e início do século XX. As greves de trabalhadores e problemas com a classe em ascensão não eram interessantes à produção. Nesse cenário de desenvolvimento da classe trabalhadora é que começa o que Katz e Mair (1995) consideram o segundo estágio do processo evolutivo.

Os partidos de massas foram representação política da ascensão de classes – e, consequentemente, de direitos políticos – das categorias de trabalhadores que nasceram com a revolução industrial. A proposta era clara, lutar pelos direitos de classes novas, cada vez maiores em número, e que ganhavam força de compra e de participação política. A base desse tipo de partidos deixou de ser a capacidade de influência política dos apoiadores, e se calcou na quantidade de afiliados. Os partidos de massas surgiram ligados ao conceito de democracia e de estrutura social ideal. A proposta é unir um número grande de apoiadores com características ideológicas e cotidianas semelhantes com base na ideologia sólida de reforma social. Como não podiam depender mais de contatos pessoais para sustentar o partido, a existência deste passou a ser vinculada ao nível de comprometimento dos apoiadores. Afiliados tinham uma série de obrigações a serem cumpridas, além de taxas a serem pagas de forma a criar um vínculo de identidade com o partido. Os partidos tinham o caráter de pertencer à sociedade civil e serem os representantes de um segmento novo desta sociedade.

Gunther e Diamond (2003) subdividem a classe de partidos de massa em seis tipos menores, separados a partir dos parâmetros explicitados a seguir. Três genes iniciais que afastam esses partidos são as características fundamentais ideológicas que unem os afiliados. Entre elas estão: 1) o socialismo e a busca por igualdade maior de direitos sociais; 2) o nacionalismo e a necessidade de consolidar o país e sua imagem e; 3) a religião e a união de afiliados pela identificação com dogmas e ideais morais vindos das religiões. Desses três genes base surgem os seis tipos de partido definidos por Gunther e Diamond (2003). Divididos pela tendência mais pluralista, ou seja, que aceitam as instituições democráticas e regras do jogo ou mais proto-hegemônicos, isto é, aqueles que se esforçam a longo termo em direção à substituição da sociedade pluralista existente por um que se adapte melhor ao alcance de seus objetivos radicais transformadores.

Os partidos da corrente socialista se subdividem entre os Socialdemocráticos e os Leninistas. Os primeiros, mais alinhados a uma ideia de democracia pluralista, que buscam os ideais sociais sem querer mudar as regras do jogo político. Entre eles podem-se citar os partidos socialdemocráticos da Alemanha, da Suécia e do Chile. Já os Partidos Leninistas têm como objetivo a derrubada do sistema político existente e a implementação de mudanças sociais revolucionárias. Na democracia ocidental, partidos originalmente Leninistas sofreram transformações graduais ou cismas que os dividiram em dois, como é o caso do *Democratici della Sinistra*, mais moderado, e o *Rifondazione Comunista*, mais ortodoxo, ambos na Itália.

Os partidos da corrente nacionalista se subdividem em Partidos Nacionais Pluralistas, e Ultranacionalistas, ambos embasados na mesma separação entre os mais radicais e os mais democráticos. Exemplos dos Partidos Nacionalistas Pluralistas são o *Basque Partido Nacionalista Vasco* no País Basco e, até os anos 90, o *Taiwanese Democratic Progressive Party* no Taiwan. Da corrente menos democrática dos Partidos Nacionalistas estão, por exemplo, o Partido Nazista de Adolf Hitler e o Partido Fascista de Mussolini. Um exemplo mais recente é o *Russian National Unity Party*, sob o comando de Aleksandr Barkashov na Rússia.

Entre os partidos religiosos é possível dividi-los também em duas correntes: os Partidos Denominais de Massa, mais democráticos, e os Fundamentalistas, radicais no sentido dos preceitos religiosos. É interessante notar que estes partidos, por estarem associados a crenças em morais e dogmas religiosos, não podem propor novas ideologias e estão sempre reféns de ideais defendidos pela corrente religiosa a qual representam. Exemplos de Partidos Denominais de Massa são os partidos democratas cristãos (na Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda entre outros lugares), que ganharam força após a Segunda Guerra Mundial. Entre os Partidos Fundamentalistas – cujas correntes ideológicas são baseadas na teocracia – estão a *Algeria's Islamic Salvation Front* na Argélia e o antigo *Welfare Party* na Turquia – hoje banido.

1.1.2.3. Partidos etnicistas

Os partidos etnicistas, presentes apenas nas definições de Gunther e Diamond (2003), são um tipo semelhante aos partidos de massa, porém sem a mesma organização extensiva e elaborada. O que os distingue é sua lógica política e eleitoral. Estes partidos não possuem um programa que abarca toda a sociedade, seus objetivos e estratégias são mais restritos, entre

eles está a promoção do interesse de um grupo étnico em particular ou de uma coalizão de grupos.

Esse grupo partidário se subdivide entre os Partidos Étnicos e Congressistas. Os primeiros buscam puramente angariar votos para o seu grupo étnico específico como é o caso do *South Africa's Inkatha Freedom Party*, na África do Sul, e do *Democratic Union of Hungarians* na Romênia. Os segundos costumam ser uma coalizão, federação ou aliança entre partidos étnicos que podem tomar a forma de um partido único. Eles buscam mais a coexistência que a dominação e conquistas de outros grupos étnicos. Alguns exemplos são o *Kenya African National Union* no Quênia e o *Barisan Nasional*, na Malásia.

1.1.2.4. Partidos eleitoreiros

Diante da mudança de formato dos partidos, que buscavam abranger grandes massas ou grupos ideológicos, alguns outros partidos não conseguiam conceber a ideia de representar segmentos específicos da sociedade – até porque os segmentos que sobravam para ser representados eram cada vez menores e minoritários. Logo, houve uma busca dos partidos por estabelecer organizações que se assemelhassem aos partidos de massa na forma (de membros regulares, ramificações, participação no congresso, entre outros), mas que na prática continuava a buscar influência e presença no parlamento. Portanto, precisavam mobilizar apoiadores dos quais não dependessem para recursos materiais além de criar instrumentos legais na regulamentação do Estado que os mantivesse financeiramente com dinheiro público.

Os partidos que buscavam essa forma mais generalista buscavam apoiadores de todas as classes e, em termos ideológicos, se restringiam à ideia de um único interesse nacional que perpassava as camadas sociais. Nesse cenário se inicia o terceiro estágio da evolução na organização de partidos. Ele ocorre quando os antigos partidos – tanto de massa quanto de elite – buscam o modelo eleitoreiro, ou seja, de agregação de todos os tipos de afiliados para crescerem e se manterem. Gunther e Diamond separaram essa categoria em três tipos menores de partidos, primeiro, os partidos do modelo *Catch All*, segundo, os Partidos Programáticos e, por último os Partidos Personalistas.

Os partidos chamados *Catch All*, surgidos no terceiro estágio, trazem uma série de modificações fundamentais para a identidade dos partidos. A distinção ideológica, antes muito presente, se reduz em prol de um discurso mais generalista de melhorias. Em geral costumam ser muito tolerantes e pluralistas. Além disso, os partidos deixam de ser pontes que levam até

o estado as demandas de grupos sociais específicos para se tornarem agentes, dentro do estado, de melhorias que mais os interessam. Há os interesses da sociedade civil e o apelo dos partidos ao eleitorado por um lado e da manipulação do Estado por outro, e os partidos se colocam entre estes interesses, de forma a fazer uma espécie de negociação. Em vez de obrigações e deveres, os afiliados agora tinham direitos como participantes ativos da política. As fontes de sobrevivência do partido eram as mais variadas, incluindo a contribuição de apoiadores e patrocínio de contatos pessoais. A proposta ideológica dos partidos era uma melhoria social generalizada sem, no entanto, priorizar um ou outro segmento da sociedade civil. Os partidos tinham um papel de pontes entre a sociedade civil e o governo.

O objetivo principal dos Partidos *Catch All* era maximizar os votos, ganhar as eleições e governar. Para tanto, buscam agregar uma gama de interesses tão diversa quanto possível. No caso de a sociedade ser polarizada entre direita e esquerda, estes partidos buscam colocar-se no centro do espectro, aparentando posição moderada nas preferências políticas e comportamentais. Um detalhe interessante é que os partidos do tipo *catch all* tendem a enfatizar características do candidato em vez de suas ideologias. Alguns exemplos de partidos nesse modelo são: o Partido Democrata dos Estados Unidos, o *Labour*, na Inglaterra sob o comando de Tony Blair, o *Hungarian Democratic Forum* na Hungria e o Partido Socialista Espanhol (PSOE).

A segunda categoria são os Partidos Programáticos, eles são mais modernos, pluralistas e tolerantes, no entanto, são pequenos. Sua função principal é conduzir as campanhas eleitorais e vender a imagem do candidato. Em alguns pontos são mais próximos da ideia clássica dos partidos de massa, como na existência de uma agenda programática mais consistente e a agregação de interesses, porém com apelos menos difusos, vagos e ecléticos. Alguns exemplos desse tipo de partido são o *Czech Social Democratic Party*, na República Checa; o *Democratic Progressive Party* no Taiwan; a *Democratic Union*, na Polônia e o *Civic Democratic Party-Young Democrats*, na Hungria.

Por último está a categoria dos Partidos Personalistas, considerado por Gunther e Diamond (2003) o mais puro dos partidos eleitoreiros. O único objetivo dessa categoria é proporcionar um veículo para a vitória do líder. Em geral são criados por uma figura influente apenas para satisfazer suas intenções eleitorais. Seu programa é baseado no carisma do candidato que é colocado como a solução para os conflitos e crises do Estado. A organização em si é fraca, rasa e oportunista e pode chegar a mudar de nome em função de uma ou outra eleição. Alguns exemplos são os partidos criados para apoiar a candidatura de Hugo Chávez, na Venezuela; a de Fernando Collor no Brasil e a de Joseph Estrada nas Filipinas.

1.1.2.5. Partidos de movimentos

Gunther e Diamond (2003) separam a categoria de partidos surgidos a partir de movimentos atuais advindos de heranças partidárias do início do século XX. As duas correntes dessa categoria partidária são a Esquerda Libertária e a Extrema Direita Pós-industrial. As características variam de acordo com o lugar, no entanto, em geral, ambos se colocam no limite entre organização partidária e movimento.

A Esquerda Libertária é um tipo de partido que rejeita o status supremo das questões econômicas e são caracterizados pela concordância com fato de que a predominância de mercados e burocracias deve ser direcionada em favor das relações sociais solidárias e instituições participativas. Os debates em geral não são restritos a um único tema e não há barreiras à afiliação. Essa categoria é bem aplicada a partidos no início de sua institucionalização como é o caso do *Labour* inglês, no início do século XX e o *Gaullists* francês, antes de 1958.

A Extrema Direita é uma reação contrária às condições da sociedade pós-industrial. Buscam mais ordem, tradição, identidade e segurança. Esses partidos atacam o Estado pela intervenção na economia e pelos benefícios sociais. Tendem a derivar de partidos fascistas e normalmente abraçam a ideia do princípio de liderança. Entre eles estão o *Front National's Le Pen* e o *Freedom Party's Haider*.

1.1.2.6. Partidos de cartel

No último estágio, proposto por Katz e Mair (1995), mais atual, o que ocorre é a aproximação de partidos até se inserirem de tal forma na máquina estatal que a manipulam de forma a manter a própria sobrevivência. É então que começa o aparecimento dos partidos de cartel. Nesse tipo de organização, as principais características são a interpenetração dos partidos no Estado e a criação de coalizões e blocos partidários.

O custo alto de manutenção de partidos leva a uma aproximação do Estado para aquisição de subvenções. Como estão no poder e aí querem se manter, os próprios partidos criam formas de financiamento estatal. Os partidos excluídos do governo são também excluídos do acesso aos recursos. Logo, ter pessoas no governo se torna questão de prioridade. Por outro lado, há uma tendência da saída de pessoas que discordam dessa

tendência mais generalista em direção a espaços menores onde há mais espaço de participação e concordância de ideais.

A mudança no modelo de organização partidária acarreta também a mudança de perspectiva do eleitor. Com a dificuldade de clara identificação ideológica dos partidos, cabe aos eleitores selecionar um dentre vários de um cardápio fixo de partidos – muitas vezes muito semelhantes, pouco ideológicos. E apesar do poder de escolha, o controle dos eleitores sobre os poderes dos partidos diminui. O partido, que antes era uma forma de a sociedade civil controlar o estado agora é um serviço prestado à sociedade civil. O eleitor, portanto deve agora estar atento aos resultados políticos em favor ou contra partidos e não com o fazer político em si.

*Democracy lies in the currying of public favour by elites, rather than public involvement in policy-making. Voters should be concerned with results rather than policy, which is the domain of the professional. Parties are partnerships of professionals, not associations of, or for, the citizens.*⁷ (KATZ, MAIR. 1995, p.22)

Vale lembrar também a mudança do caráter do fazer político, que com a ascensão de partidos que precisam fazer vezes de intermediários entre governo e Estado, o fazer político se torna profissão. Tal característica é diferente do que ocorria no início da história dos partidos, quando se fazia política ‘nas férias’, ou seja, não havia a profissão e a carreira política.

O tipo de partidos de cartel seriam as coligações de partidos independentes da forma ou ideologia inicial de modo a fazer um cartel de partidos e permanecer influentes no governo, mesmo que fora dele. Nesse tipo de organização os afiliados não têm direitos ou obrigações com o partido, e a distinção entre membros e não membros torna-se confusa. O importante é fazer coalizões que mantenham a influência e controle dos partidos sobre o governo de forma a se manterem como instituições. Os partidos, nesse caso, se tornam quase uma agência governamental e sustentam um mito ideológico que pouco importa no momento do fazer político.

É possível também prever alguns desafios a serem enfrentados pelos cartéis partidários, como por exemplo, o surgimento de correntes políticas com viés ideológico melhor definido, que ganham a simpatia de seguidores.

⁷ “A democracia reside na satisfação das vontades de pessoas da elite, em vez do envolvimento do público na elaboração de políticas. Os eleitores deveriam estar preocupados com os resultados em lugar de com a política, que é de domínio dos profissionais. Partidos são parcerias de profissionais, não associações de, ou para os cidadãos” (tradução da autora).

Um modelo esquemático de estudo dos dezesseis tipos base de partidos descritos no texto (considerados tanto o modelo de Katz e Mair quanto o de Gunther e Diamond) está organizado na Tabela 1. As categorias explicitadas na tabela e detalhadas no texto acima foram utilizadas para a análise das notícias, bem como da representação partidária presentes na mídia brasileira.

Tabela 1 - Dezesesseis partidos: modelo analítico unificado das teorias de Gunther e Diamond (2003) e Katz e Mair (1995)

Organização Partidária	Subcategoria	Época	Organização Formal	Compromissos Programáticos	Nível de Tolerância	Exemplos
Partidos de Elite	Tradicional Local Notável	1850 - 1900	Menor / mais restrito; baseado em elites estabelecidas; redes particulares de intercâmbio; Canais de comunicação boca a boca	Sem ideologias bem articuladas	Tolerantes e articulados entre si, mas não necessariamente democráticos	Partidos conservadores no Brasil; facções que dominavam a British House of Commons na primeira metade do séc. XIX; partidos conservadores franceses no séc. XIX e primeira metade do

						séc. XX
	Clientelista	1850 - 1900	Menor / mais restrito; baseado em elites estabelecidas; redes particulares de intercâmbio; Troca de favores, coerção e corrupção	Sem ideologias bem articuladas	Tolerantes e articulados entre si, mas não necessariamente democráticos; baseados na lealdade e relações interpessoais	Partido Democrata Cristão na Itália; Partido Liberal Democrático no Japão
Partidos de Massa	Social de classes de massa	1850 - 1900	Grande base de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	Ideologias sociais bem articuladas	Tolerantes e democráticos	Partidos Socialdemocrático da Alemanha, da Suécia e do Chile
	Leninista	1900 - 1950	Grande base de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	Ideologias sociais bem articuladas	Proto-hegemônicas e radicais	Democráticos da Sinistra, mais moderado; Rifondazione Comunista, mais ortodoxo (ambos na Itália)
	Pluralista -	1900 -	Grande base	Ideologias	Tolerantes e	Basque

	nacionalista	1950	de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	nacionais bem articuladas	democráticos	Partido Nacionalista Vasco e, até os anos 90, o Taiwanese Democratic Progressive Party
	Ultranacionalista	1900 - 1950	Grande base de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	Ideologias nacionais bem articuladas	Proto-hegemônicos e radicais	Partido Nazista de Adolf Hitler e o Partido Fascista de Mussolini; Russian National Unity Party
	Religioso - denominacional	1900 - 1950	Grande base de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	Ideologias religiosas bem articuladas	Tolerantes e democráticos	Partidos Democratas Cristãos (na Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda entre outros lugares): ganharam força após

						a Segunda Guerra Mundial
	Religioso - fundamentalista	1950 - 2000	Grande base de afiliados pagantes de taxas que sustentam o partido	Ideologias religiosas bem articuladas	Proto-hegemônicas e radicais	Algeria's Islamic Salvation Front e o antigo Welfare Party na Turquia
Partidos Etnicistas	Étnico	1900 - 1950	Não possuem organização formal tão bem definida nem tão extensa	Ideologia política e eleitoral relacionada à etnias bem definidas; buscam votos apenas para seu grupo étnico	Tolerantes e democráticos com o sistema em vigência	Northern People's Congress, do South Africa's Inkatha Freedom Party, e do Democratic Union of Hungarians na Romênia
	Congressista	1950 - 2000	Não possuem organização formal tão bem definida nem tão extensa	Ideologia política e eleitoral relacionada à etnias bem definidas; fazem coligações de partidos e ganham força no	Tolerantes e democráticos com o sistema em vigência	Kenya African National Union e o Barisan Nasional, na Malásia

				congresso		
Partidos Eleitores	Catch all	1950 - 2000	Organização formal não tão bem definida como no caso dos de massa, no entanto, buscam abranger o maior número de afiliados possível.	Ideologia não é bem definida. Buscam colocar-se no centro das disputas políticas em casos com polos bem definidos.	Tolerantes e democráticos com o sistema em vigência	Partido Democrata dos Estados Unidos, o Labour, sob o comando de Tony Blair, o Hungarian Democratic Forum e o Partido Socialista espanhol (PSOE)
	Personalista	1950 - 2000	Único objetivo é proporcionar um veículo para a vitória do líder. Em geral criados figura influente para satisfazer as intenções eleitorais	Programa baseado no carisma do candidato que é colocado como a solução para os conflitos e crises do Estado.	Tolerantes e democráticos com o sistema em vigência	Partidos criados para apoiar a candidatura de Hugo Chávez, na Venezuela, a de Fernando Collor no Brasil e a de Joseph Estrada nas

						Filipinas
	Programático	1950 - 2000	Em alguns pontos são mais próximos da ideia clássica dos partidos de massa: existência de agenda programática mais consistente e a agregação de interesses; São menores que os catch all	Apelos menos difusos, vagos e ecléticos	Tolerantes e democráticos com o sistema em vigência	Czech Social Democratic Party, na República Checa, o Democratic Progressive Party no Taiwan, a Democratic Union, na Polônia e o Civic Democratic Party-Young Democrats, na Hungria
Partidos de Movimentos	Esquerda Libertária	1950 - 2000	Conceito entre partido e movimento; Debates em geral não são restritos a um único tema e não há barreiras à afiliação; Organização	Não há consenso ideológico, mas a concordância em rejeitar o status supremo das questões econômicas: a predominância de mercados e burocracias deve ser direcionada	Mais pluralistas, não há barreiras à afiliação	Partidos no início de sua institucionalização como é o caso do Labour, no início do século XX e o

			partidária extensiva	em favor das relações sociais solidárias e instituições participativas		Gaullists francês antes de 1958
	Extrema Direita	1950 - 2000	Conceito entre partido e movimento; São hostis ao conceito de partido e de estabelecime nto	Atacam o Estado pela intervenção na economia e pelos benefícios sociais.	Tendem a derivar de partidos fascistas e normalment e abraçam a ideia do princípio de liderança	Front National's Le Pen e o Freedom Party's Haider.
Partidos de cartel		1950 - 2000	Organizações partidárias baseadas em coligações e troca de favores políticos para obter benefícios	Ideologia varia de acordo com a necessidade política de se estabelecer no poder	São pluralistas e se beneficiam da burocracia e benefícios estatais para uso próprio	

Fonte: GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. **Species of political parties.** (adaptado) & KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Changing models of party organization and party democracy: The Emergence of the Cartel Party.** (adaptado)

1.1.3. Organização interna dos partidos

Além de estudar a estrutura externa dos partidos e sua relação com a sociedade, Manuel Alcántara e Flavia Freidenberg (2001) frisam, em *Partidos políticos de América Latina*, a importância de analisar os âmbitos interno e externo da organização partidária, visto que, tratá-los como simples organizações ideológicas seria errôneo e simplista. Eles enfatizam

a presença de diversos atores dentro do cenário da sigla, que muitas vezes possuem opiniões e interesses diferentes:

*Las organizaciones partidistas no son actores unitarios sino complejas organizaciones que se comportan en ámbitos diversos y con una variopinta gama de intereses, por lo que dentro de ellos compiten intereses particulares en función muchas veces de motivaciones individuales*⁸ (ALCÁNTARA & FREIDENBERG, 2003, p. 4)

Os autores dividem as organizações partidárias em dois âmbitos principais, o interno ao partido e o externo a ele. O primeiro ocorre quando ele é o cenário onde diversos grupos podem participar. Essa categoria é subdividida em: a) o partido como organização burocrática e; b) o partido como organização voluntária de membros. O âmbito externo acontece quando é ele quem participa de um cenário político eleitoral maior. Essa categoria conta com três subdivisões: a) o partido como organização eleitoral; b) o partido como organização de governo e; c) o partido como organização legislativa. Os autores defendem que todas essas são faces que o partido possui perante a sociedade e, dependendo da circunstância, uma delas se sobrepõe à outra.

1.1.3.1. O âmbito externo

1.1.3.1.1. O partido como organização eleitoral

Nessa face, o partido se organiza de forma a promover atividades e investimentos em prol de vencer as eleições. Normalmente esse é o objetivo maior de um partido político: conseguir os votos necessários para se eleger e conquistar o governo. Essa característica é o principal diferenciador entre um partido político e grupos de pressão ou outras organizações. É a competência do partido que o permite possuir poder político, e a que determina a estruturação de todo o restante do partido atrás dos que controlam essa face da organização. Essa categoria tende a olhar além do eleitorado em potencial, em busca de apoios. Sua força é determinada pela quantidade de votos que o respaldam e condicionam sua relação com o entorno.

⁸ “As organizações partidárias não são atores singulares, mas sim organizações complexas que se comportam em diversos âmbitos e com uma vasta gama de interesses, porque dentro deles interesses particulares concorrem em função, muitas vezes, de motivações individuais” (tradução da autora).

1.1.3.1.2. O partido como organização de governo

Após ser eleito, o partido deve olhar as demandas da sociedade como um todo, e não apenas de seus filiados. Principalmente porque a sigla deve a sua vitória aos eleitores. Essa é uma questão que surge em diversos debates, porque o governante deve seu triunfo aos eleitores, no entanto, se não fosse pelo suporte partidário, sua organização e seus filiados, muitas vezes voluntários, a vitória tampouco seria possível.

Normalmente, quanto mais perto do poder, mais a sigla tende a ser controlada por buscadores de cargos públicos e mais busca se beneficiar com todo tipo de apoios. Muitas vezes a força de um partido não se caracteriza pela sua estrutura interna, mas pelo domínio de grupos variados que detém poder e são potenciais apoiadores: “(..) *su fuerza está caracterizada por el dominio de los detentadores de los cargos sobre los grupos extra-gubernamentales, de apoyo, o lo que serían las otras caras del partido*”⁹ (ALCÁNTARA & FREIDENBERG, 2003, p. 7).

1.1.3.1.3. O partido como organização legislativa

Essa é a cara dos parlamentares eleitos para as Câmaras Legislativas e dos Deputados, além do Senado. Normalmente quando não possui cargos governamentais essa é a cara que o partido demonstra diante da opinião pública, as ações parlamentares, as opiniões dos representantes. Os deputados e senadores se tornam porta-vozes da organização, e é o que se torna mais próximo de compreender as estratégias e as linhas do partido.

1.1.3.2. O âmbito interno

1.1.3.2.1. O partido como organização burocrática

Há uma série de premissas como permanência, hierarquia e especialização que regem os cargos e possibilidades de alguém dentro do próprio partido. Há pessoas inclusive que buscam carreira profissional dentro da legenda. Normalmente esses burocratas partidários são pessoas que vivem mais da política do que para a política, portanto buscam de todas as

⁹ “[...] *sua força está caracterizada pelo domínio dos detentores dos cargos sobre os grupos extragovernamentais, de apoio, ou o que seriam as outras caras do partido*” (tradução da autora).

formas a permanência no cargo e a ascensão dentro da sigla. É o que mencionam também Katz e Mair (1995), e foi explicitado anteriormente no texto, sobre a transformação da política em profissão.

1.1.3.2.2. O partido como organização voluntária de membros

A organização voluntária de filiados é a estrutura e faz parte da estratégia organizativa que apoia as candidaturas a serem lançadas. Diferente das caras externas do partido, essa não possui a variabilidade presente nas outras. Pelo contrário, para conseguir um número abrangente de membros é necessária a criação de uma identidade e uma política partidária que, diversas vezes podem engessar inclusive as possibilidades dos líderes cuja posição depende da organização do partido como um todo.

As diversas faces organizativas dos partidos demonstram que, no momento de aparecerem na mídia, há uma série de reflexões a serem feitas sobre qual das faces é a predominante naquele momento. Também surge o questionamento se essas faces se bastam no que se refere ao âmbito miditático, que faz parte do sistema político vigente.

1.2. O partidarismo no Brasil

No Brasil a conjuntura político partidária como se conhece atualmente é muito recente, tem apenas 30 anos. Segundo Rodrigo Motta (2008), o fato de o Brasil ter preferido a monarquia constitucional e não a república à época da independência – diferente do que ocorreu em vários países vizinhos – atrasou de certa forma, a corrida por formar agrupamentos que defendessem este ou aquele pensamento.

A proclamação da república em 1889 fortaleceu o surgimento de partidos republicanos, no entanto ainda não foi nesta época em que se desenhou o cenário político brasileiro atual. O sufrágio universal e as eleições competitivas só foram estabelecidos no país ao final da Ditadura de Getúlio Vargas em 1945. Segundo Rogério Schmitt (2000), *“o ciclo político que se iniciou com o término da ditadura personalista de Getúlio Vargas [...] representou a primeira experiência com a democracia na história brasileira”* (SCHMITT,

2000, p. 6). Alguns direitos ainda eram restritos, por exemplo, o voto dos analfabetos e a ilegalidade do Partido Comunista a partir de 1947. O período da Terceira República foi importante no ciclo político brasileiro, no sentido da abertura política e consolidação da democracia.

No entanto, o que se construiu durante esse período foi desconstruído durante o Regime Militar de 1964. Portanto os partidos criados e dissolvidos durante esse período até 1985 (data do final do Regime) não serão abordados na análise. Com o final da ditadura no Brasil os dois grandes partidos existentes durante o Regime (Aliança Renovadora Nacional – Arena e Movimento Democrático Brasileiro – MDB) deram origem aos primeiros partidos do período da redemocratização brasileira. Vale lembrar que o bipartidarismo existente era artificial, visto que os governantes criaram essa liberdade política de forma a assegurar os direitos políticos, no entanto, com controle sobre as associações. O propósito estratégico de criar apenas duas legendas era que o governo pudesse reunir em um partido todos os congressistas favoráveis ao Regime e em outro, menor, ficariam as forças de oposição.

Destes dois partidos criados durante o Regime Militar se originaram os primeiros partidos da redemocratização fundados nos anos 80. Como será exemplificado à seguir, o desenvolvimento do cenário político brasileiro está intimamente atrelado a mudanças de conjuntura política e a criação dos partidos muito ligada à existência de personalidades fortes que os idealizavam. É o caso do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), intimamente ligado à figura de Fernando Collor à época de sua vitória para a presidência, do Partido dos Trabalhadores (PT) que teve na figura de Luis Inácio Lula da Silva um expoente dos ideais iniciais de luta partidária e mesmo de outros partidos que serão explicitados a seguir, cuja história esteve intimamente ligada à figuras políticas importantes.

No desenvolvimento do presente estudo serão apreciados apenas os partidos selecionados para a análise de notícias, a partir do surgimento histórico das organizações político-partidárias mencionadas. Também será feito um enquadramento dos partidos brasileiros segundo os parâmetros descritos por autores a fim de complementar as conclusões da análise partidária feita. É importante salientar que não existe consenso sobre o enquadramento dos partidos pelos autores consultados. Autores diferentes classificam os partidos em locais diversos no espectro político partidário. Além disso, com o decorrer da história houve mudanças nas políticas adotadas pelos diversos partidos, o que pode levar a uma mudança no local atual no espectro.

Toda e qualquer pesquisa que envolva o sistema partidário deve considerar as mudanças ocorridas no século XX. O Brasil não foge dessa nova caracterização partidária. Assim, deve-se repensar a própria noção do papel partidário, indicando novos modelos de representação, ou, ao menos, matizando o velho discurso de que os partidos devem ser perfeitos representantes de grupos ou classes sociais. (REBELLO, 2014, p.14)

Portanto, será adotado um enquadramento de classificação que une as análises de estudiosos do campo da Ciência Política às notícias encontradas nos jornais (e a relação interpartidária estabelecida nessas matérias) durante a análise de notícias.

1.2.1. Partidos selecionados para a análise – histórias, ideais e tamanhos

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), criado em 1980, talvez possa ser considerado um dos primeiros (se não o primeiro) dos partidos políticos criados após a redemocratização no Brasil. O sucessor do antigo MDB – partido de oposição durante a ditadura militar – é a maior sigla brasileira, possui atualmente 2.322.989 filiados¹⁰. O partido chegou a governar o Brasil entre 1985 e 1990 sob o comando de José Sarney. Daí em diante não levou mais nenhum presidente ao governo do país.

No site institucional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro é possível destacar as características que levam a enquadrar este partido na categoria de partido de cartel:

*O PMDB pretende continuar sendo a expressão política da maioria da população brasileira, oprimida e explorada por um regime econômico voltado para a satisfação de uma pequena minoria. Identifica-se, primordialmente, com as lutas e os interesses da grande massa dos marginalizados e excluídos.*¹¹

Mais especificamente o PMDB talvez seja o que mais se aproxima de um partido de cartel devido à busca pela formação de coligações e trocas de favores. A coligação do PMDB é a maior na Câmara dos Deputados. No âmbito eleitoral, no entanto, ele apresenta generalidade de propostas e busca pela aquisição de eleitores e afiliados.

¹⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

¹¹ Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>. Acessado em: 28/10/2015

Quanto aos estudiosos, não há consenso nem em qual área do espectro – direito, centro, esquerda – encaixa-se o PMDB. Maria D’Alva Kinzo (2005), por exemplo, o coloca no centro do espectro; Carlos Alberto Novaes, no centro-direita e Olavo Brasil de Lima Jr. à direita do espectro (RODRIGUES, 2009, p. 38). A maioria classifica a sigla como de centro. No entanto, durante o último governo – e as últimas eleições – o partido se alinhou ao governo, o que o leva ligeiramente à esquerda do espectro. Também em seu site o partido defende uma maior presença do governo no controle do Estado como na defesa de uma economia mista (público-privada) como melhor alternativa econômica: *“combinando-se ações públicas e privadas da forma mais eficiente para promover o desenvolvimento econômico, social e político do País”* ¹². Logo, pode-se considerar o PMDB como um partido de cartel de centro esquerda.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado também em 1980. Hoje é a segunda maior agremiação brasileira, com 1.567.447 filiados¹³. O PT surgiu a partir dos movimentos de líderes sindicais, setores da Igreja Católica e egressos do extinto MDB. A maior figura e liderança da sigla é Luiz Inácio Lula da Silva, eleito duas vezes presidente da república. Há 12 anos no poder, o PT se consolidou e cresceu principalmente após as eleições de 2002, primeira vitória do partido.

Considerado por estudiosos como partido de esquerda, ele chega a ser caracterizado como única sigla “realmente de esquerda” (KINZO apud RODRIGUES, 2009, p. 37). Em sua carta de princípios, divulgada na plataforma online do partido, o PT é caracterizado como *“um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”* ¹⁴. É, portanto, clara a tendência ideológica esquerdista deste partido. É possível encaixar o Partido dos Trabalhadores na categoria de Partido Social de Classes de Massas, devido à sua ideologia que se define como *“partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores [...] que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política”* ¹⁵.

No entanto, não se pode dizer que a própria estrutura e definição do PT não tenham se alterado com o tempo. A mudança é demonstrada inclusive da carta de princípios: o que antes era um partido dos operários agora é de todos os trabalhadores. A tendência de popularização

¹² Idem

¹³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

¹⁴ Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>. Acessado em: 28/10/2015

¹⁵ Idem

e a busca por maior abrangência do partido o aproximam das características de Eleitoreiro com características de Personalista. Sobretudo após o partido conquistar espaço no poder e se ver diante da necessidade de formar coligações e conseguir apoio a fim de aprovar suas propostas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à sua forte correlação com a figura de Luis Inácio Lula da Silva. A aproximação levou o partido a se assemelhar às características de partidos eleitoreiros sem perder as características ideológicas iniciais de luta de classes e, portanto, pode ser caracterizado tanto como Partido Personalista quanto Programático localizado à esquerda no espectro.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi criado no ano de 1980. Atualmente conta com 1.191.643 filiados¹⁶ (segundo dados de 2011 disponibilizados no site do partido). O PDT surgiu de egressos do MDB, teve como principal líder Leonel Brizola¹⁷. Pesquisadores como Kinzo, Novaes e Lima Jr. não chegam a um consenso sobre a sigla, ora classificando-o como de esquerda, ora de centro esquerda (RODRIGUES, 2009). O apoio à candidatura do PT ao governo mostra a tendência esquerdista do partido. Em seu estatuto o PDT caracteriza como seus objetivos:

*Lutar, sob a inspiração do nacionalismo e do trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando à construção de uma sociedade democrática e socialista.*¹⁸

O símbolo do partido é a rosa vermelha, que representa a luta socialista internacional na qual a sigla se insere. Devido às bandeiras pela luta de classes e maior participação do Estado na organização do país, o partido será caracterizado como Partido Social de Classes de Massas localizado no centro-esquerda no espectro.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi mais um dos que nasceu logo no início da redemocratização, em 1980. Possui hoje 1.166.799 filiados¹⁹. Criado sob a liderança de Getúlio; foi refundado após o bipartidarismo do período militar. Em seu estatuto, o PTB se

¹⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

¹⁷ “[...] surgiu em 17 de junho de 1979, em Lisboa, fruto do encontro dos trabalhistas no Brasil com os trabalhistas no exílio, liderados por Leonel Brizola. Seu objetivo era reavivar o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas, presidido por João Goulart e proscrito pelo Golpe de 1964”. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/historia>. Acessado em: 28/10/2015

¹⁸ Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/estatuto/do-partido/dos-objetivos>. Acessado em: 28/10/2015

¹⁹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

define como: “*um partido que defende o trabalho. É o partido dos que trabalham. Não é um partido classista*”²⁰.

Atualmente na Câmara dos Deputados o PTB se situa no maior bloco, coligado com PMDB, PP, PSC, PHS e PEN. Historicamente o PTB se apresentava como um partido com tendências ideológicas mais à esquerda do espectro. Hoje ele tem buscado sempre se aliar ao poder e hoje o Partido Trabalhista Brasileiro é rotulado como uma “legenda de aluguel” no resumo de Marcos Faber (2010) sobre a história dos partidos políticos no Brasil, o que significa que ele abriga políticos e potenciais candidatos sem qualquer identificação ideológica com o partido. Ele pode ser situado à esquerda do espectro e considerado um partido de cartel.

O Democratas (DEM) é composto pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL) que reuniu apoiadores do regime militar e já foi a segunda maior sigla do país. Criado em 1985 por dissidentes do PDS²¹, mudou de nome para no ano de 2007. Atualmente conta com 1.068.345 filiados²² e é figura importante de oposição no Congresso. O DEM tem como compromisso maior, defendido em seu ideário “a liberdade, sob todas as suas formas”²³. O partido prega maior independência e descentralização do poder. O DEM pode ser considerado um partido de direita, com ideais de livre competição e descentralização dos poderes do governo. Está situado no rol dos Programáticos, pela definição clara das tendências ideológicas.

O Partido Social Cristão (PSC) é claramente uma sigla que representa um partido de massa religioso denominacional. Criado em 1985, por egressos da Arena, o PSC só conseguiu seu registro cinco anos depois, em 1990. Hoje conta com 364.029 filiados²⁴ e também é coligado ao bloco liderado pelo PMDB. Já no histórico do partido, presente no site da instituição o PSC prega a propagação dos valores do cristianismo:

(...)sustentado na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de

²⁰ Disponível em: <http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=325>. Acessado em: 28/10/2015

²¹ “O partido surgiu da ruptura que ocorreu na ARENA, onde as alas mais liberais do partido optaram por não integrar o PDS. Surgia, assim, a Frente Liberal. Se a ideologia do partido é conservadora, suas práticas econômicas são neoliberais.” (FABER, 2010).

²² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

²³ Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Ideario-do-Democratas.pdf>. Acessado em: 28/10/2015

²⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

*espírito que não segrega, não exclui nem discrimina. Aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira.*²⁵

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) nasceu em 1986. Para Schmidt ele foi o único caso real de refundação de uma sigla já existente durante a Terceira República. Criado antes do regime militar foi refundado por remanescentes da antiga legenda. Hoje conta com 573.093 filiados²⁶. Como objetivo expresso em seu manifesto está a “*transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida em que as condições do País a exigirem*”²⁷. O PSB pode ser considerado um partido mais à esquerda do espectro de partidos considerados. Ele pode se situar na categoria dos *catch all* inclusive porque, durante o período analisado, serviu de abrigo e lançou a candidatura de Marina Silva, política que buscava criar a sua sigla mas não havia conseguido à época.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) surgiu em 1962 com dissidentes do antigo PCB (ainda clandestino na época), mas só foi legalizado em 1985. Claramente com viés esquerdista, a favor dos princípios defendidos por Marx e Engels em seu manifesto, hoje conta com 351.715 filiados²⁸. Na área de defesa dos ideais do partido que consta no site oficial da sigla, o PCdoB defende que “*a essência da teoria fundada por Marx e Engels é a transformação do mundo, buscando vida harmônica na sociedade e na natureza, a práxis*”²⁹. Esse partido pode ser considerado como de esquerda libertária, bem à esquerda do espectro partidário.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu como sigla de centro, a partir de dissidentes do PMDB em 1988. Hoje é o principal partido a fazer oposição aos governos PT pelo Brasil. Os chamados tucanos têm uma linha mais voltada para ideais de liberalização econômica e independência política. Hoje conta com 1.353.107 filiados³⁰. Tanto em seu manifesto quanto no estatuto do PSDB, não fica clara a tendência política à qual ele se alinha. Suas diretrizes são mais gerais como

²⁵ Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/2-sem-categoria.html>. Acessado em: 28/10/2015

²⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

²⁷ Disponível em: <http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>. Acessado em: 28/10/2015

²⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

²⁹ Disponível em: http://pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=7&id_secao=145. Acessado em: 28/10/2015

³⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

*Nosso sonho não é diferente dos da maioria das brasileiras e brasileiros. Assim como eles, queremos coisas simples e concretas: um Brasil mais próspero e decente, respeitado fora, justo dentro de suas fronteiras. Um país onde todos possamos andar sem medo e não falte aos nossos filhos condições básicas de saúde e educação e oportunidades de trabalho para progredir com liberdade.*³¹

Pode-se considerar que esse partido é um partido *catch all* alinhado à princípios de centro-direita com base em referências à autonomia do Banco Central e à urgência de maiores lucros para empresários, presentes em seu Programa. Além disso, apesar de possuir, da época de sua criação, tendências de esquerda, o PSDB teve que se alinhar às demandas empresariais, bem como fazer frente às propostas do seu principal opositor (o PT). Tais ações o levaram a aproximar-se mais da direita, bem como em aparecer nas notícias de jornais, como referência de oposição à esquerda. Ele também pode ser considerado personalista, pois diversas vezes atrela sua imagem à de candidatos influentes que conseguem um grande número de votos. Uma de suas figuras principais é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Partido Verde (PV) é uma sigla associada ao ambientalismo criada por egressos do PT com bandeira ambientalista em 1989, quando disputou as eleições presidenciais. Possui 330.962 filiados³². Pode ser considerado um partido programático, que levanta prioritariamente bandeiras ambientais e de sustentabilidade. O primeiro dos doze valores elencados na página online do partido é a ecologia. Normalmente tende a se situar mais à esquerda do espectro político partidário, no entanto, nas últimas eleições o partido apoiou o candidato tucano Aécio Neves para o segundo turno da presidência.

O Partido Republicano Progressista (PRP) foi um partido organizado em 1985 para reunir o legado político de Ademar de Barros. Possui atualmente 220.085 filiados³³. Em seu estatuto prega a liberalização econômica, de forma que o Estado “*reduza sua interferência sobre o mercado, liberalizando a economia e estimule a distribuição de renda tornando-a mais justa*”³⁴. Pode-se, portanto, considerá-lo à direita no espectro político partidário. Ele participa da bancada composta por diversos partidos nanicos – pequenos na estrutura e quantidade de afiliados – na Câmara dos Deputados. Pode ser chamado, portanto de partido de cartel, surgido a partir de um partido personalista.

³¹ Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/Proposta_de_Programa_PSDB_2007.pdf

³² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

³³ Idem

³⁴ Disponível em: http://www.prp.org.br/o_partido/estatuto.asp. Acessado em: 28/10/2015

O Partido da Mobilização Nacional (PMN) surgiu em 1985. Possui atualmente 203.839 filiados³⁵. Também participa do bloco dos nanicos na Câmara, aliado a PRB, PTN, PMN, PRP, PDSC, PRTB, PTC, PSL e PTdoB. Em seu estatuto defende os princípios democráticos e socialistas, no entanto, no bloco em que se situa, está aliado a siglas com tendências de direita. Pode ser considerado, por isso, um partido de cartel.

O Partido Popular Socialista (PPS) é o sucessor do Partido Comunista Brasileiro, sigla histórica no cenário político do país. Teve o nome alterado para se desvincular do insucesso do bloco soviético. Hoje possui 453.047 filiados³⁶. O PPS em seu estatuto se declara *“humanista, socialista e ambientalista, conceitos enriquecidos com a experiência dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista e do humanismo libertário”*³⁷. Pode ser considerado um partido Programático de esquerda.

Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi fundado em 1945 e refundado 50 anos depois em 1995. Adquiriu caráter personalista, no lançamento da candidatura de Jânio Quadros – o vassourinha – às eleições de 1960. Hoje é um dos nanicos, com 127.171 filiados³⁸. Suas linhas são as mais gerais possíveis:

*É uma associação voluntária de cidadãos que se propõem a lutar por democracia, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas à construção de uma Nação soberana e à consolidação de um regime democrático e socialmente justo, onde a riqueza criada seja instrumento de bem-estar de todos.*³⁹

O Partido Popular (PP) surgiu e desapareceu duas vezes (em 1980 e 1993) sendo refundado em 2003. Neste ano o Partido Progressista Brasileiro (PPB) – que chegou a ser a quarta maior legenda em atividade – mudou de nome e se converteu no Partido Progressista (PP). Hoje possui 1.396.753 filiados⁴⁰. Em seu programa se posiciona mais à direita do espectro, defendendo a *“consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a*

³⁵ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

³⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

³⁷ Disponível em: <http://docs.pps.org.br/18congresso-estatuto.pdf>

³⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

³⁹ Disponível em: <http://www.ptn.org.br/2013/outros.asp?x=4>. Acessado em: 28/10/2015

⁴⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

eliminação das desigualdades sociais”⁴¹. Pode ser chamado de partido *catch all* mais alinhado à direita do espectro.

O Partido Humanista da Solidariedade (PHS) surgiu no ano 2000 a partir do antigo PSN. Hoje participa da base aliada de Dilma, no bloco comandado pelo PMDB. Possui 155.352 filiados⁴². Entre as bandeiras defendidas pela sigla estão a *“necessidade de estruturar uma agremiação verdadeiramente empenhada em conduzir a bandeira da Doutrina Social Cristã e do Solidarismo”*⁴³. Este partido apesar de ter características de partido de massa religioso denominacional, insere-se entre as siglas de cartel no Congresso.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é uma das legendas novas, criado em 2005 por dissidentes do PT, tem um espaço importante à esquerda do espectro na luta pelos direitos de minorias e em busca de ideais socialistas. Possui atualmente 103.353 filiados⁴⁴. Uma de suas principais figuras no âmbito parlamentar é o deputado carioca Jean Wyllys, que levanta bandeiras anti-homofóbicas, antirracistas e de liberalização das drogas. Em seu programa, uma das bases consolidadas é o *“socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista”*⁴⁵. Este partido se insere como programático, mas está próximo do que os autores consideram Esquerda Libertária e situa-se à esquerda do espectro político-partidário

O Partido da República (PR) surgiu em 2006 a partir da fusão do antigo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona – partido do antigo e caricato candidato Enéas Carneiro) com o Partido Liberal (PL). Hoje possui 751.497 filiados⁴⁶. O deputado paulista Tirica é uma das figuras de peso eleitoral e, principalmente midiático na imagem do partido, quando se elegeu deputado federal ainda em 2010. Segundo o próprio partido, eles seguem a linha do liberalismo social – diversa, segundo artigos publicados no site da sigla – do neoliberalismo. Caracterizam, portanto, sua ideologia como liberal no sentido, não apenas do livre mercado, mas também da liberdade humana: *“investimentos em educação e saúde, além de inversões em saneamento básico, transporte público e habitação, têm o condão de*

⁴¹ Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?slT=119032>

⁴² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

⁴³ Disponível em: <http://phs.org.br/institucional/conheca-o-phs>

⁴⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

⁴⁵ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/programa/>

⁴⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

*garantir essa igualdade de oportunidades que o Liberalismo social reclama”*⁴⁷. Pode ser situado à centro direita do espectro político partidário e considerado um partido *catch all*.

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) é filho do antigo PMH, do ex-vice-presidente José Alencar, oficializado em 2005. Hoje possui 303.502 filiados⁴⁸. Em seu programa coloca que *“o PRB tem por objetivo um projeto de sociedade para o Brasil baseado nos princípios republicanos da liberdade individual e de associação para fins pacíficos”*⁴⁹. Defende o mercado principalmente privado, regulado pelo Estado. Surgiu como Personalista, mas hoje se insere entre os partidos de cartel. Pode ser situado à direita do espectro.

O Partido Social Democrático (PSD) surgiu em 2011 a partir de egressos do Democratas (DEM) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Hoje possui 189.834 filiados⁵⁰. Em sua área de princípios e valores, o PSD defende *“a iniciativa e a propriedade privadas, a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento, sem os quais não se erradica a pobreza. Acreditamos num estado forte, regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais”*⁵¹. Pode ser considerado um partido Programático à direita do espectro.

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) foi criado por egressos do PSL. Tem 24.914 filiados⁵². Em seu estatuto, coloca princípios e linhas bem gerais como *“a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades”*⁵³ entre outros. Ele tende a se alinhar a partidos à direita do espectro e a tendências de partido *catch all*.

O Solidariedade (SD) é um partido novo, criado em 2013 para disputar as últimas eleições é formado por sindicalistas e antigos integrantes do PDT. Possui 36.133 filiados atualmente⁵⁴. Em seu site, coloca três diretrizes principais constituintes do partido *“1. Cooperação e solidariedade como compromissos de todas as relações sociais; 2. Valorização*

⁴⁷ Disponível em:

http://www.partidodarepublica.org.br/partido/NOTICIAS_LIBERAIS_2005/noticias_2006_300.html

⁴⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

⁴⁹ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/estatutos_dos_partidos-prb.pdf

⁵⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

⁵¹ Disponível em: <http://psd.org.br/principios-e-valores/>

⁵² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

⁵³ Disponível em: http://www.pros.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Estatuto_PROS.pdf. Acessado em: 28/10/2015

⁵⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 28/10/2015

do trabalho humano; e 3. Desenvolvimento econômico, humano e social sustentável”⁵⁵. Tem as características generalistas dos partidos *catch all* e tende a se alinhar com o centro-esquerda no espectro dos partidos.

A história e caracterização das siglas no Brasil mostra uma tendência centralizadora. Princípios como o do trabalho sobre o capital, a redução das desigualdades e a melhoria das condições sociais estão presente na totalidade dos sites, estatutos ou programas consultados. A divergência maior se dá nos ideais econômicos, em que alguns partidos defendem um controle maior do Estado sobre a economia enquanto outros defendem o livre comércio. Sobre a organização frente a outros partidos, a maioria se encaixa em uma das categorias de partidos eleitoreiros – tanto devido à grande generalidade nos estatutos, quanto aos posicionamentos relatados em notícias – ou de cartel, buscando a formação de coligações. A própria busca por apoio e a euforia existente quando do momento de anunciar apoios durante a candidatura refletem tendências de cartel em praticamente todos os partidos analisados.

A seguir está uma tabela analítica resumida dos principais aspectos dos partidos brasileiros trabalhados no texto anterior (Tabela 2).

Tabela 2 - Classificação dos partidos brasileiros

Partido	Caracterização Principal	Posicionamento No Espectro	Número De Filiados
PMDB	Partido De Cartel	Centro-Esquerda	2.322.989
PT	Partido Personalista / Programático	Esquerda	1.567.447
PSDB	<i>Catch All</i> / Personalista	Centro-Direita	1.353.107
PP	<i>Catch All</i>	Direita	1.396.753
PR	<i>Catch All</i>	Centro-Direita	751.497
PSD	Partido Programático	Direita	189.834
PSB	<i>Catch All</i>	Centro-Esquerda	573.093
PTB	Partido De Cartel	Esquerda	1.166.799
DEM	Programático	Direita	1.068.345

⁵⁵ Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br/nossas-bandeiras/>. Acessado em: 28/10/2015

PRB	Personalista / Cartel	Direita	303.502
PDT	Partido Social De Classes De Massas	Centro-Esquerda	1.191.643
SD	<i>Catch All</i>	Centro-Esquerda	36.133
PSC	Partido De Massa Religioso Denominacional	Centro	364.029
PCdoB	Esquerda Libertária	Esquerda	351.715
PROS	<i>Catch All</i>	Direita	24.914
PPS	Partido Programático	Esquerda	453.047
PV	Partido Programático	Esquerda	330.962
PHS	Partido De Massa Religioso Denominacional / Cartel	Centro-Esquerda	155.352
PSOL	Esquerda Libertária	Esquerda	103.353
PTN	Personalista	Centro	127.171
PMN	Partido De Cartel	Direita	203.839
PRP	Partido De Cartel	Direita	220.085

1.3. O papel da mídia no cenário político

1.3.1. Mídia e Política

Os conceitos de mídia e de liberdade de imprensa vêm normalmente atrelados ao conceito de democracia como definida na contemporaneidade. Alexis de Tocqueville (JARDIN, 1988), político e pensador francês, associava o ideal de liberdade de imprensa como elemento constitutivo da liberdade no mundo moderno. Com o advento da prensa de Gutenberg e da possibilidade de divulgação mais rápida e eficaz das notícias, a imprensa

ganhou um papel fundamental na sociedade, o de conectar as pessoas e espalhar o conhecimento.

Venício de Lima (2004) defende que a mídia ocupa um papel central na sociedade atual e permeia diversas esferas da atividade humana, em especial a atividade política. A mídia ocupa um espaço importante nas sociedades contemporâneas: a maioria delas depende da mídia para a construção do conhecimento público. Sendo o público aqui incorporado no conceito de político, é possível afirmar que a mídia tem papel importante e crescente nos debates políticos mundiais e locais.

O papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004, p.51).

Sendo a mídia a única capaz de dar visibilidade e tornar público algo como um evento, ou uma notícia, é a Mídia, segundo Lima (2004) que determina o público. Esse aspecto da mídia a torna uma ferramenta peculiar para o fazer político. Manin (1997) associa, no âmbito da democracia de audiência, diretamente o poder dos governantes ao talento midiático que possuem.

Antes do advento e popularização do rádio e, principalmente da televisão, as possibilidades de acesso à informação da maior parte da população brasileira eram restritas a jornais – que não circulavam em todo o território nacional nem eram acessíveis a qualquer iletrado. Os partidos e organizações políticas eram quem exercia o papel de mediador entre os candidatos e eleitores, expondo as informações sobre o político e seu programa. A figura do partido estava diretamente presente no fazer político, principalmente na época das eleições.

Com a popularização e democratização da mídia – principalmente da televisão que conseguiu acessar mais de 90 por cento dos lares brasileiros – os partidos perdem a carga ideológica forte e apostam na propaganda midiática, normalmente de um candidato ou figura importante dentro do partido. Começa a era dos super-heróis da política. O partido em si como figura política importa menos que o candidato, suas propostas e sua propaganda midiática.

Entre as metamorfoses que Manin (1997) cita sobre as formas de governo representativo, a mais atual é classificada como democracia de audiências. Antes, argumenta o autor, a preferência política podia ser explicada por características sociais, econômicas e culturais dos eleitores, hoje esse não é mais o caso. Os resultados das eleições mudam mesmo que as características dos eleitores continuem as mesmas. Ele atrela esse fato à personalização da escolha eleitoral: os eleitores votam diferente dependendo da pessoa que concorre ao voto. Atualmente as pessoas não votam mais em partidos, mas em pessoas. Esse resultado está diretamente ligado à capacidade de desempenho midiática do candidato frente aos meios de informação. A escolha eleitoral baseada na imagem do candidato gera uma guerra de imagens e uma posposição do partido diante do político.

“[...] até que ponto se pode esperar compreender a realidade apenas com as explicações proporcionadas pela mídia. A sua resposta é que não é possível” (CARDOSO, 2007, p. 99). Como não é possível compreender a realidade apenas pela mídia, tampouco se fala em compreender a complexidade e diversidade de partidos políticos por ela.

1.3.2. Os valores notícia

No tocante ao fazer deontológico do jornalismo, existem critérios para além dos interesses partidários que definem o que se deve ou não considerar notícia, podendo ganhar, dessa forma, espaço no noticiário. Esses critérios específicos são os chamados valores-notícia. É importante considerar que, mesmo que um parlamentar se esforce ao máximo para conseguir espaço na mídia, cabe ao repórter, editor ou chefe de redação definir o que será pauta e qual será o foco, o lide⁵⁶ da notícia.

Nelson Traquina (2005a), em *Teorias do Jornalismo*, separa os interesses dos jornais entre polo ideológico e polo econômico. O primeiro considera o jornalismo como serviço público a ser prestado para a comunidade, como é o caso de notícias de interesse social, ou de grande interesse da comunidade. O segundo, o vê como negócio, é o caso das notícias escritas, criadas ou pensadas com o objetivo de aumentar o número de leitores. Daí surge a diferença entre a notícia de interesse público e da notícia de interesse do público.

O jornalismo deve priorizar o que tem interesse público sem deixar de lado o interesse do leitor que vem a consumir a notícia. E essa equação nem sempre é de fácil solução. Wolf

⁵⁶ Sobre lide Thaís Jorge explica que são os dois parágrafos iniciais do texto, os quais contêm “a parte mais importante de um texto jornalístico” (2010, p. 131). Nele devem estar as respostas para as cinco perguntas básicas: “[...] o que, quem, quando, onde, por que e como” (idem).

foi um dos teóricos que estudou o assunto e definiu a noticiabilidade de um tema como o: “conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias” (WOLF apud MOREIRA, 2006).

Traquina defende que os jornalistas, pela necessidade de imediatismo e eficiência de execução da notícia, desenvolvem uma maneira de ver o mundo muitas vezes bipolar – separada entre bem e mal, pró e contra – e calcado nos valores-notícia como base de simplificação e estruturação da história que precisam contar. Ele os separa em dois grupos principais: os valores-notícia de seleção, separados em critérios substantivos e contextuais e os valores-notícia de construção. Os primeiros são referentes aos critérios que o jornalista utiliza para selecionar os acontecimentos, já os segundos atuam na construção da notícia, funcionando como linha-guia para apresentação do material de forma a selecionar o que deve ser realçado e o que deve ser omitido, por exemplo.

Não se pretendem discutir aqui todos os valores notícia existentes no momento da construção de uma matéria jornalística, no entanto, é importante destacar, entre os valores notícia apresentados por Traquina, alguns principais muito presentes e definidores das notícias analisadas. O primeiro é um valor de seleção – que diz “(...) respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78). Ele consiste no valor de *Notoriedade do ator principal*, que é quanto maior a fama de uma personalidade, maior a chance de qualquer ação que ela execute virar notícia. Esse valor é determinante na seleção de personalidades que possuem voz nas notícias analisadas.

O segundo valor destacado se insere entre os de construção (que aparecem no momento da construção da notícia e definem o que será o produto final acessado pelos leitores/expectadores). É o valor de *Personalização*, que determina que quanto mais personalizado seja o acontecimento, maiores as chances de ele ser notado e identificado em termos de positivo e negativo. Por personalizar entende-se acentuar o fator pessoa do ocorrido.

O terceiro e o quarto valores destacados se referem aos períodos pré e pós-eleitorais. O terceiro valor também se insere entre os critérios substantivos e trata da *Relevância* de um tema de forma a associar a importância da notícia a um possível impacto na vida das pessoas. O quarto valor se insere entre os critérios contextuais – que se referem ao contexto de produção da notícia e não ao acontecimento propriamente dito. É o valor de *Disponibilidade*, ou seja, a possibilidade concreta de fazer a cobertura de um acontecimento. Ambos estão

relacionados à ampla disponibilidade tanto de candidatos quanto de partidos durante o período pré-eleitoral, bem como ao aumento de eventos relacionados às eleições que contemplam uma série de figuras relacionadas a partidos políticos.

Portanto, pode-se dizer que a definição da notícia é estabelecida por uma série de parâmetros concretos que norteiam o olhar do repórter no momento do fazer jornalístico por um lado. Por outro, fatores determinantes como tempo disponível para apuração, espaço dedicado ao assunto e mesmo a linha editorial do veículo interferem no tipo e nas características das notícias veiculadas. Em geral, como demonstrado no estudo de Fabiane Moreira (MOREIRA apud TRAQUINA, 2005b, p. 78), sobre os valores-notícia nas capas de jornais impressos, os valores notícias nas tendem a ser os mesmos para diversos veículos com características semelhantes, como é o caso da análise no presente trabalho.

2. ANÁLISE

2.1. Metodologia

Na busca por compreender melhor o fenômeno político partidário na mídia, foi desenvolvida uma metodologia de análise de notícias a fim de observar como se dá a voz, a fala desses partidos na mídia. Foi escolhida a análise de conteúdo como forma de buscar, em jornais impressos, como aparecem os partidos. Como menciona Gaskell (BAUER & GASKELL, 2002) sobre análise de conteúdo clássica, “*a classificação sistemática e a contagem de unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características*” (BAUER & GASKELL, 2002, p.191).

Este trabalho não propõe, durante a análise, esgotar todos os questionamentos e possibilidades teóricas que surgiram desde o início da hipótese da temática de pesquisa. No entanto, a análise de conteúdo pode ser uma maneira eficaz de possibilitar a criação de uma nova informação a partir de textos que já foram veiculados, lidos e interpretados anteriormente.

Para tanto foram escolhidos três jornais impressos de grande circulação no Brasil. A intenção foi analisar a representação dos partidos políticos no âmbito nacional, e não apenas em uma região e, por isso, foram descartados jornais de grande circulação local, porém de pouco peso em âmbito nacional.

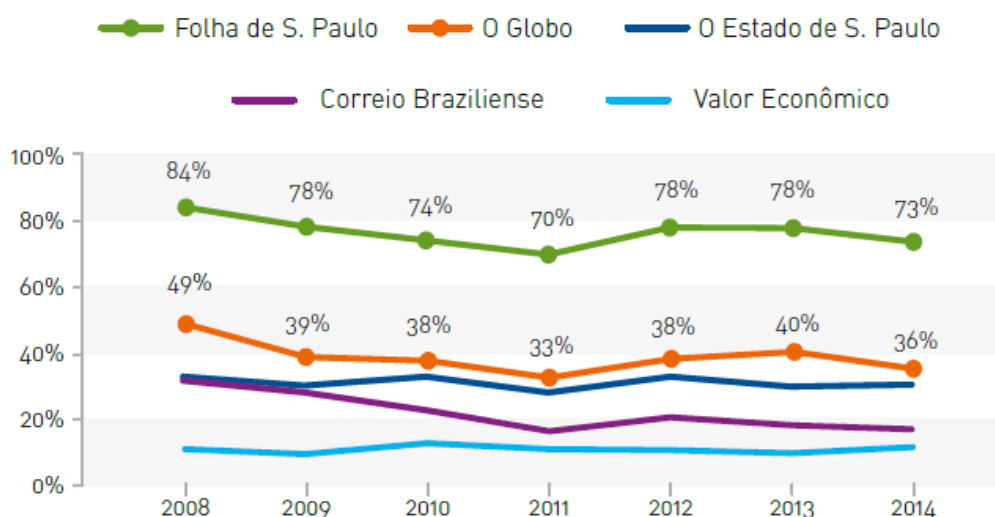
Os três jornais impressos escolhidos foram *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Outra razão foi a escolha de periódicos que possuem uma linha editorial mais voltada para a abrangência de notícias sobre todo o país e não apenas sobre um local. Apesar de situados principalmente em uma cidade, os três jornais selecionados possuem correspondentes – ou enviam repórteres – a outras cidades e, além disso, no caso d’*O Globo*, ele é parte do mesmo conglomerado que é dono da maior emissora de televisão do país, e em várias situações associa suas matérias ao que foi veiculado pelo canal de TV.

O jornal impresso é uma fonte de informação que não atinge a maioria da população, no entanto, possui suas peculiaridades, por exemplo, de acordo com a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015*, realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, os jornais

impressos, apesar de consumidos por apenas 21% dos brasileiros, são um meio tido como confiável por 58% dos entrevistados. Além disso, segundo a mesma pesquisa, 84% das pessoas que buscam o jornal impresso o fazem com o intuito de se informar, logo, é claro o propósito do jornal impresso.

Além disso, o foco é estudar o jornalismo político no jornal e, dentro do Congresso Nacional, o impresso é o meio preferido: 78% dos parlamentares os utilizam como primeiro ou segundo principal meio de informação. A pesquisa *Mídia e Política*, realizada pelo instituto FSB, em 2014, foi outro determinante na escolha dos jornais a serem analisados. *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* são os três preferidos pelos parlamentares.

Gráfico 1 – Jornais impressos preferidos



Fonte: *Mídia e Política*, 2014, p. 16.

Foram selecionadas quatro semanas de notícias para a análise, tomando como data central a semana do segundo turno das últimas eleições. O período eleitoral foi tomado como base, pois é uma época em que a mídia política está muito pautada por esse acontecimento e o número de notícias sobre política e sobre partidos políticos cresce. Foi selecionado aleatoriamente por sorteio um dia determinado como a divisão entre o período pré e pós-eleitoral. À semelhança do que ocorreu na pesquisa sobre *Imprensa e Racismo*, estudo realizado pela Andi, entre 2007 e 2010, a partir dessa data sorteada optou-se pela seleção de uma amostra que cobrisse o maior intervalo de tempo possível.

Dessa forma, foi elaborada uma “Semana Composta” (HANSEN, 1998). Portanto, tomando como base o dia 25 de outubro de 2014 (data sorteada aleatoriamente entre os dias

da última semana do segundo turno eleitoral), foi selecionado sempre o dia seguinte da semana subsequente ou anterior da semana anterior, até que se completassem quatro semanas compostas a serem analisadas. Desta forma o calendário de análise com a divisão das quatro semanas ficou da seguinte maneira, como demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Organização da semana composta

Sem.	Domingo	Segunda-f.	Terça-f.	Quarta-f.	Quinta-f.	Sexta-f.	Sábado
1	13/07/2014	21/07/2014	29/07/2014	6/08/2014	14/08/2014	22/08/2014	30/08/2014
2	7/09/2014	15/09/2014	23/09/2014	1/10/2014	9/10/2014	17/10/2014	25/10/2014
3	2/11/2014	10/11/2014	18/11/2014	26/11/2014	4/12/2014	12/12/2014	20/12/2014
4	28/12/2014	5/01/2015	13/01/2015	21/01/2015	29/01/2015	6/02/2015	14/02/2015

Segundo o estudo realizado pela Andi (2012): “*Os conteúdos das edições de segunda-feira tendem a ser mais próximos entre si, se comparados aos de uma edição de domingo, por exemplo.*” (ANDI, 2012, p. 10). Portanto, não se faz necessário estudar todo o material veiculado por um determinado jornal para entender quais são as principais tendências da cobertura, no entanto é importante manter uma proporcionalidade dos dias pesquisados.

Além disso, a seleção aleatória de doze edições de um jornal diário proporciona uma estimativa confiável das notícias anuais desse periódico (SEMPEL apud BAUER & GASKELL, 2002). No entanto, como foi selecionado um período de cobertura em que está incluído um acontecimento importante que interfere na quantidade e qualidade das notícias sobre política – as eleições – preferiu-se abranger o número de dias.

Dentro dos jornais selecionados foram analisados em sua totalidade os cadernos diários ou que circularam no período de análise que tratassem de política nacional. Na *Folha de S.Paulo* foram analisados dois cadernos, o caderno Poder, de circulação diária que trata sobre política entre outros temas correlatos, e o caderno Eleições 2014, para onde foram levadas as notícias de política durante a época das eleições no período da análise entre 15 de setembro e 25 de outubro. No jornal *O Estado de S. Paulo* foram analisados os cadernos Política, de circulação diária, e o Caderno Especial que circulou no dia 15 de setembro de 2014. No jornal *O Globo* foi analisado o caderno País, de circulação diária, onde estão as notícias de âmbito nacional, entre elas as de política.

Foram excluídos da análise artigos de opinião por representarem a opinião de autores sobre os temas, mesmo que políticos, no entanto pouco representativos das notícias sobre política veiculadas. Também não foram analisadas entrevistas porventura realizadas (mais comuns no jornal *O Estado de S. Paulo*) também por se tratarem de um tipo específico de texto jornalístico, que não caracteriza uma notícia e que, à semelhança dos textos de opinião, contém a opinião do entrevistado.

2.1.1. Protocolo de análise

“A codificação irreversível e um texto o transforma, a fim de criar nova informação desse texto” (BAUER & GASKELL, 2002, p. 191). Para a análise foi criado um protocolo com alguns parâmetros a serem analisados. O primeiro deles foi o aparecimento de siglas no texto. Só foram analisadas notícias em que aparecessem a sigla ou o nome do partido no texto. Adjetivos como “tucanos” e “petistas” não foram consideradas como aparições da sigla, visto que estas palavras adjetivam pessoas e o objetivo do trabalho foi estudar o partido.

2.1.1.1. Posição da sigla na edição

O primeiro parâmetro foi a **Posição da sigla na edição**⁵⁷. Esse parâmetro, separado em seis categorias visou posicionar a primeira (e somente a primeira, visto que, no caso de aparição no título, as chances de que ela aparecesse no texto foi de 100%) aparição da sigla ou nome do partido no texto e, ao mesmo tempo, justificar a escolha daquela notícia. As categorias de separação foram: 1) retransmissão; 2) título; 3) subtítulo; 4) corpo do texto; 5) sutiã e; 6) arte/foto. Foi dada a prioridade pelo estabelecimento desse parâmetro, de acordo com a sequência de números. Portanto, se a primeira vez em que a sigla apareceu foi no corpo do texto, apenas a categoria 4 seria assinalada na tabela. É possível visualizar a divisão de categorias na figura 1. Sobre a categoria 6, é possível ver o exemplo na figura 3

⁵⁷ Vale salientar dois pontos: a categoria 5) sutiã, foi criada com base na diagramação da *Folha de S. Paulo* que coloca, em algumas notícias um elemento além do subtítulo, que ainda não pode ser considerado corpo da notícia. O segundo ponto é a categoria 6) arte/foto. Ela foi criada a partir de notícias que surgiram e eram, em sua totalidade, uma arte, portanto não se poderia considerar o corpo do texto como primeira aparição visto que não havia corpo textual.

Figura 3 – Explicação de termos sobre os locais do texto



Fonte: Folha de S.Paulo, 15/09/2014.

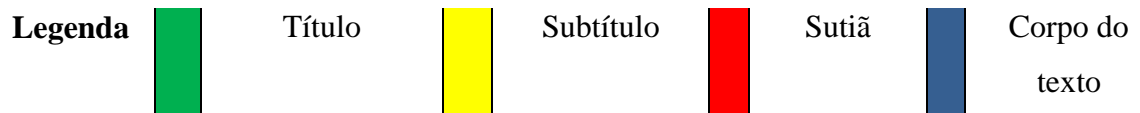


Figura 4 – Ilustrativo da categoria 6



Fonte: Folha de S.Paulo, 25/10/2014.

Foram também restringidos os partidos considerados no momento da análise. Foram selecionados os 22 partidos que possuem três ou mais parlamentares na Câmara dos Deputados segundo a tabela 3.

Tabela 4 – Partidos na Câmara dos Deputados

Número	Partido	Parlamentares
1	PMDB	67
2	PT	63
3	PSDB	53
4	PP	39
5	PR	34
6	PSD	34
7	PSB	33
8	PTB	25
9	DEM	21
10	PRB	20
11	PDT	19
12	SD	18
13	PSC	13
14	PCdoB	13
15	PROS	12
16	PPS	11
17	PV	8
18	PHS	5
19	PSOL	4
20	PTN	4
21	PMN	3
22	PRP	3
23	PEN	2
24	PSDC	2
25	PTC	2

26	PTdoB	2
27	PRTB	1
28	PSL	1
29	Sem Partido	1

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas> (com adaptações). Acessado em 25/10/2015.

A seleção foi feita para estabelecer quais siglas seriam consideradas e quais não seriam no momento da escolha da notícia analisada. Vale dizer que, caso aparecessem siglas diferentes das selecionadas, elas não eram contabilizadas para fins de análise, entretanto, eram assinaladas como observação. O partido Rede Sustentabilidade, apesar de ter aparecido em diversas notícias analisadas não foi considerado como entidade partidária por não possuir registro no Tribunal Superior Eleitoral como partido reconhecido na época em que as notícias foram veiculadas, portanto, não foi considerado nem para fins de observação.

2.1.1.2. Razões da citação do partido

Outro parâmetro analisado foram as **Razões da citação do partido**. Subdividido em onze categorias. Esse parâmetro buscou analisar quando partido é mencionado como instituição, quando ele surge como caracterização de um parlamentar, ou qualquer outro motivo possível para a sua menção dentro da notícia. Essas categorias foram separadas de forma empírica, associadas aos conceitos teóricos estudados anteriormente. Algumas delas necessitam de uma interpretação combinada com o parâmetro seguinte para uma melhor compreensão. As categorias estabelecidas foram as seguintes:

2.1.1.2.1. Partido como entidade que opina sobre um tema

Esse parâmetro caracteriza o partido como uma instituição ao mesmo tempo em que atribui a ele a fala. Essa fala pode vir na voz da assessoria, de um parlamentar ou de parte do partido. Esse é o caso, por exemplo, da notícia *PMDB teme perder hegemonia no Senado*, veiculada no dia 13 de julho de 2014 na *Folha de S.Paulo*: : “O PT está otimista: [...] ‘Difícil ter maioria, mas vamos reduzir a diferença para o PMDB’”⁵⁸. No corpo da notícia o partido

⁵⁸ <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/07/13/2/>

é citado como entidade detentora de fala, e que opina. Normalmente a caracterização dentro dessa categoria é no caso de a sigla aparecer como sujeito de um verbo, como na notícia mencionada acima explicitando opinião sobre um assunto.

2.1.1.2.2. Partido como identificação de um parlamentar / afiliado

Esse parâmetro coloca o partido como característica associada a um parlamentar. É o caso das notícias em que aparece entre parênteses a sigla e o estado do parlamentar que dá um depoimento ou é mencionado na notícia. Esse é o caso da notícia *Carvalho acusa Aécio e PSDB anuncia processo*, veiculada no jornal *O Globo* do dia 13 de julho de 2014. No corpo da notícia o a sigla aparece da seguinte forma: “*E os aliados da presidente Dilma Rousseff (PT) parecem ter escolhido um dos temas a que mais recorrerão para criticar o ex-governador Aécio Neves (PSDB)*”⁵⁹. Nesse caso o partido não possui voz própria nem tampouco é sujeito de uma ação.

2.1.1.2.3. Partido como defensor / representação de uma ideologia

Esse é um caso em que o partido seria mencionado como defensor de uma ideologia, por exemplo, no caso do PT o direito aos trabalhadores, no caso do PSDB a defesa de uma política econômica liberal, enfim, a associação da sigla à defesa de uma ideologia. Esse caso aparece em *PSOL prega veto a Aécio Neves, mas decide não apoiar Dilma*, notícia veiculada no jornal *O Globo* no dia 9 de outubro de 2014: “*Em nota oficial, o PSOL argumentou que o veto a Aécio seria uma crítica clara ao PSDB e aos aliados, ‘representantes mais diretos dos interesses da classe dominante e do imperialismo na América Latina’*”⁶⁰. Nessa notícia o PSOL aparece como crítico e contrário ao candidato tucano, ideologia na realidade oposta à de uma tendência específica.

2.1.1.2.4. Partido como ator que lança candidatura

Esse parâmetro foi criado porque, no âmbito das eleições, principalmente antes delas, os partidos são associados ao lançamento da candidatura de um parlamentar. É a face eleitoral

⁵⁹ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020140713>

⁶⁰ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020141009>

do partido que toma força e ganha espaço nas notícias. É o caso da notícia *PMDB enfrentará PT em 17 estados*, veiculada no jornal *O Globo* do dia 13 de julho de 2014: “*O PMDB lançou 18 candidaturas aos governos nos estados, cinco a mais que em 2010. Em 17 deles, enfrentará o PT*”⁶¹. Nesse caso o partido também é sujeito, no entanto não opina sobre nenhum tema.

2.1.1.2.5. Partido como representação de um governo presidencial

Nesse caso a sigla representa mais do que a caracterização do presidente, ele caracteriza o governo presidencial. Aqui a cara governamental do partido é a que fica em evidência. É o caso da notícia *Ex-gerente diz que começou a receber propina na era FHC*, veiculada no dia 06 de fevereiro de 2015 na *Folha de S. Paulo*: “[...] *ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB)*”⁶². Nesses casos o adjetivo do presidente ou ex-governante ultrapassa a caracterização da pessoa e caracteriza o próprio governo ao qual faz referência.

2.1.1.2.6. Partido como representação de um governo estatal

Nesse caso a sigla representa mais do que a caracterização do governador, ela caracteriza o governo estatal. Também nesse caso a face governamental do partido é a que fica em destaque. É o caso da notícia *Rodízio teria economizado 12,3% do Cantareira*, veiculada no dia 29 de janeiro de 2015 no jornal *O Estado de S. Paulo*: “*Descartado pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB), no início da crise hídrica*”⁶³. À semelhança da categoria anterior, nesses casos o adjetivo do governador ultrapassa a caracterização da pessoa e caracteriza o próprio governo – nesse caso estadual – ao qual faz referência.

2.1.1.2.7. Partido como referência a uma tendência política

Nessa categoria o parâmetro busca associar o partido à uma tendência política à qual ele se encaixa, por exemplo, é o caso de PSDB como partido de direita e PT de esquerda. É o caso da notícia *Com foco na Câmara*, veiculada no jornal *O Globo* do dia 13 de julho de

⁶¹ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020140713>

⁶² <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/02/06/2/>

⁶³ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150129-44298-nac-1-pri-a1-not>

2014: “*O PT vem avançando sobre esse eleitorado, tirando do PMDB uma fatia menor a cada eleição e aumentando sua bancada federal. [...] que batizou o fenômeno de ‘lulismo’*”⁶⁴.

2.1.1.2.8. Partido como vítima de ações externas

Nesse caso o partido sofre uma ação, no entanto não é ator principal dela. É o caso da notícia *Dilma reduz espaço do PT no governo e estimula bloco anti-PMDB no Congresso* veiculada no periódico *O Estado de S. Paulo* no dia 28 de dezembro de 2014:

*A presidente Dilma Rousseff tenta fortalecer e criar novas linhas de articulação política em seu segundo mandato. Ao mesmo tempo, procura reduzir o poder de influência dos dois principais partidos da coalizão em seus palcos favoritos: o PT dentro do próprio governo e o PMDB, no Congresso.*⁶⁵

2.1.1.2.9. Partido como ator que pede uma ação

Nesse caso o partido é ator, mas não opina. A sigla pede a execução de uma ação, portanto, age sobre outro personagem da notícia. É que ocorre no caso da notícia *PT vai à Justiça contra revista; oposição pede inquérito policial*, veiculada no dia 25 de outubro de 2014 no jornal *O Globo*: “*No MPE, o PT solicitou um procedimento investigativo para apurar abuso dos meios de comunicação [...]*”⁶⁶. O PT, nesse caso, solicita uma ação. Não interessa quem, dentro do partido a propôs e sim que essa solicitação representa toda a sigla.

2.1.1.2.10. Menção do partido como instituição

A categoria do partido como instituição foi criada porque diversas vezes o partido era mencionado como uma instituição, ou a sigla aparecia nos casos em que resumia opiniões de um ou mais filiados. Nesse caso o partido não pede nem sofre ações, tampouco opina, ele apenas é mencionado, sem caracterizar um político. É o caso da notícia *Nanicos fazem ameaças e levantam dúvidas legais*, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 22 de agosto de 2014: “*Originalmente, a coligação que lançou o Campos como candidato – a*

⁶⁴ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020140713>

⁶⁵ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141228-44266-nac-1-pri-a1-not>

⁶⁶ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020141025>

Unidos Pelo Brasil – é formada pelo PSB, PHS, PRP, PPS, PPL e PSL”⁶⁷. Nesse caso há apenas a citação da sigla como instituição, partido.

2.1.1.2.11. Menção do partido como ator político em uma das casas / assembleia (liderança / maioria / comitê)

Essa categoria é semelhante à anterior, no entanto com a ressalva dele não ser mencionado como um todo, mas sim a parte ativa dele em alguma das casas do Congresso Nacional ou em alguma Assembleia Legislativa (a bancada, a liderança etc.). Isso acontece, por exemplo, em *Planalto controlou perguntas e ações da CPI da Petrobras*, notícia veiculada na *Folha de S.Paulo* em 06 de agosto de 2014: “*Assessores do Palácio do Planalto coordenaram operação entre a Petrobras e a liderança do PT no Senado [...]*”⁶⁸.

É importante ressaltar que em diversas notícias, mais de uma sigla era mencionada. Portanto pode aparecer mais de uma categoria por notícia, tanto nos casos em que uma mesma sigla se refere a duas categorias quanto nos casos em que há mais siglas, que aparecem de formas diversas, encaixando-se em categorias diferentes.

2.1.1.3. Presença do posicionamento do partido

O próximo parâmetro analisado se refere à voz do partido no texto. Ou seja, se existe a **Presença do posicionamento do partido** como organização dotada de opinião, que possui uma assessoria, um parlamentar ou uma seção dentro da entidade que responde pelo partido, ou, se o partido não tem voz, apenas aparece associado a um parlamentar ou mesmo individualmente sem espaço de fala.

Esse parâmetro também foi separado em categorias, dessa vez cinco. Essas categorias se relacionam com a teoria organizativa de Alcántara e Freidenberg, no que diz respeito a qual cara do partido é a que aparece no momento em que explicita sua opinião. As categorias separadas são as seguintes:

2.1.1.3.1. Posicionou-se como entidade na voz de parlamentar

⁶⁷ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140822-44138-nac-1-pri-a1-not>

⁶⁸ <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/08/06/2/>

O partido possui voz, nesse caso, e defende um posicionamento do partido como um todo. Nesse caso quem aparece é um parlamentar (normalmente líder da bancada ou presidente da sigla) que possui a fala, ou seja, cuja voz aparece entre aspas com peso de representação de toda a sigla. Nesse caso, quem fala é a cara legislativa do partido, normalmente ocorre quando o veículo busca uma figura de peso dentro da sigla que possa responder em nome de toda a organização. Acontece no caso de líderes de bancada e de presidentes das siglas. É o caso em *PT diz preferir enfrentar tucano no 2º turno*, notícia veiculada no dia Primeiro de outubro de 2014 no jornal *O Globo*: “O líder do PT na Câmara, deputado Vicentinho (SP) defendeu que Aécio pode superar Marina, o que seria um quadro mais favorável para o PT em um eventual segundo turno contra Dilma Rousseff”⁶⁹. A aspa exemplifica o caso avaliado. No caso como essa notícia foi construída, o deputado líder da bancada na Câmara responde pelo partido, como foi construída a matéria.

2.1.1.3.2. Não se posicionou como entidade

Outra possibilidade é o partido ser mencionado sem se posicionar como entidade, ou seja, sem explicitar a opinião da sigla inteira. É o que acontece, por exemplo, quando algum parlamentar exprime opinião própria, mas que não representa necessariamente a do partido. Essa categoria não representa a fala de nenhuma das faces propostas por Alcântara e Freidenberg (2001), por não possuir um posicionamento do partido, mas sim apenas uma menção deste. Um exemplo é a notícia *Setor energético está em situação trágica, diz Aécio*, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 6 de agosto de 2014: “O candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, criticou ontem o intervencionismo do governo da presidente Dilma Rousseff na economia e considerou como “trágica” a situação do setor energético do país”.⁷⁰

Nesse caso, mesmo sendo candidato à Presidência e presidente da sigla, teve a declaração que ele fez associada a ele, como candidato, e não ao partido. Nesse caso, a voz do candidato representa a sua opinião e não a de todo o partido.

2.1.1.3.3. Uma parte do partido deu declaração

⁶⁹ <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020141001>

⁷⁰ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140806-44122-nac-1-pri-a1-not>

Nesse caso, o partido não exprime a opinião de toda a sigla, mas de uma parte do partido que dá a declaração. É o que acontece em casos de divergência dentro da sigla, em que a cara voluntária da sigla se deixa mostrar ou mesmo quando há divergências entre duas caras – normalmente entre a cara eleitoral, que busca votos, e a voluntária, constituída pelos afiliados. Por exemplo, em *Dilma e PT discordam sobre 'fator Lula'*, notícia veiculada em 6 de agosto de 2014 no jornal *O Estado de S. Paulo*: “*A cúpula do PT discorda desta avaliação mas ‘pisa em ovos’ na relação com a presidente. Reunidos ontem em Brasília, dirigentes da Executiva Nacional do partido ouviram [...]*”⁷¹. Nesse caso, mesmo sendo Presidente da República a ação de Dilma não representou a opinião de toda a sigla.

2.1.1.3.4. Posicionou-se como entidade na voz da assessoria

Esse é o caso em que, idealmente o partido converge em uma opinião e fala, na voz da assessoria ou por meio de nota, a opinião da sigla. Nesse caso a cara que aparece é a burocrática, do partido como instituição burocrática que discute e entra em consenso sobre um tema. Foi o que aconteceu, por exemplo, em *Executivo diz que doação ao PT era pagamento de propina*, notícia do dia 04 de dezembro de 2014 que saiu na *Folha de S.Paulo*: “*O PT disse em nota que o depoimento confirma que a sigla só recebe doações legais*”⁷². Nela, o partido emite uma nota sobre um acontecimento.

2.1.1.3.5. Aparece como entidade

Esse é o caso que pode gerar mais controvérsia, mas teve que ser criado, pois, em alguns casos, a aparição do partido não poderia ser contemplada em nenhuma das categorias anteriores. Nessa categoria o partido emite uma opinião ou se posiciona como entidade, mas não fica claro na voz de quem – se de um parlamentar, parte da sigla ou assessoria – essa opinião foi emitida. Também não fica explícita, portanto, qual das caras do partido foram explicitadas. Pode-se considerar nesse caso, que a simples menção do partido constitui um somatório das faces organizativas, de forma a criar uma imagem de instituição concisa, sem distinção de caras. Essa menção caracterizaria um aspecto adicional às caras do partido, uma

⁷¹ Idem

⁷² <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/12/04/2/>

face midiática, que consolida todas as caras organizativas na imagem de uma instituição que muitas vezes representa uma metonímia de um parlamentar, diretório ou mesmo da direção.

Pode-se deduzir que essa escolha de construção da notícia esteja atrelada a duas necessidades, a primeira é não repetir o nome de um parlamentar, criando dessa forma uma metonímia em que a sigla substitui o ator; a segunda é buscar ocultar quem na realidade executou a ação ou disse a fala, criando uma prosopopeia, em que são atribuídas características humanas à instituição⁷³. Um exemplo é a notícia de 30 de agosto de 2014 *Aécio intervém em campanha mineira* que saiu no jornal *O Estado de S. Paulo*: : “O PT rebateu condenando o que chamou de ‘jogo político rasteiro’”⁷⁴. Nela, o partido fala, como se tivesse capacidade física para tanto, mas não se pode explicitar quem exatamente deu a declaração ou emitiu a opinião ou executou a ação.

Como no caso anterior, em uma mesma notícia podem aparecer mais de uma dessas categorias, visto que pode aparecer mais de uma vez a mesma sigla ou mesmo siglas diferentes.

2.1.1.4. Tamanho do texto

Outro parâmetro estipulado, este a fim de verificar o tamanho dedicado aos textos políticos em que aparecem partidos foi o **Tamanho do texto**. Esse parâmetro também foi subdividido em cinco categorias nesse caso excludentes e autoexplicativas. São elas 1) página inteira; 2) entre meia página e menos de uma página; 3) entre nota e meia página; 4) nota e 5) chamada na capa.

Foi colocado também o parâmetro das **Observações**, onde eram mencionadas observações pertinentes sobre as notícias como é o caso da observação *Dilma fala em nome do 'governo PT' como sendo 'quem mais atuou para fortalecer as instituições que investigam irregularidades no serviço público'* o que mostra um posicionamento da voz de parlamentar, no entanto que fala apenas de uma das faces da sigla, a da organização de governo. Além disso, nessa parte eram anotadas as possíveis aparições de outras siglas que não as 22 selecionadas para a análise.

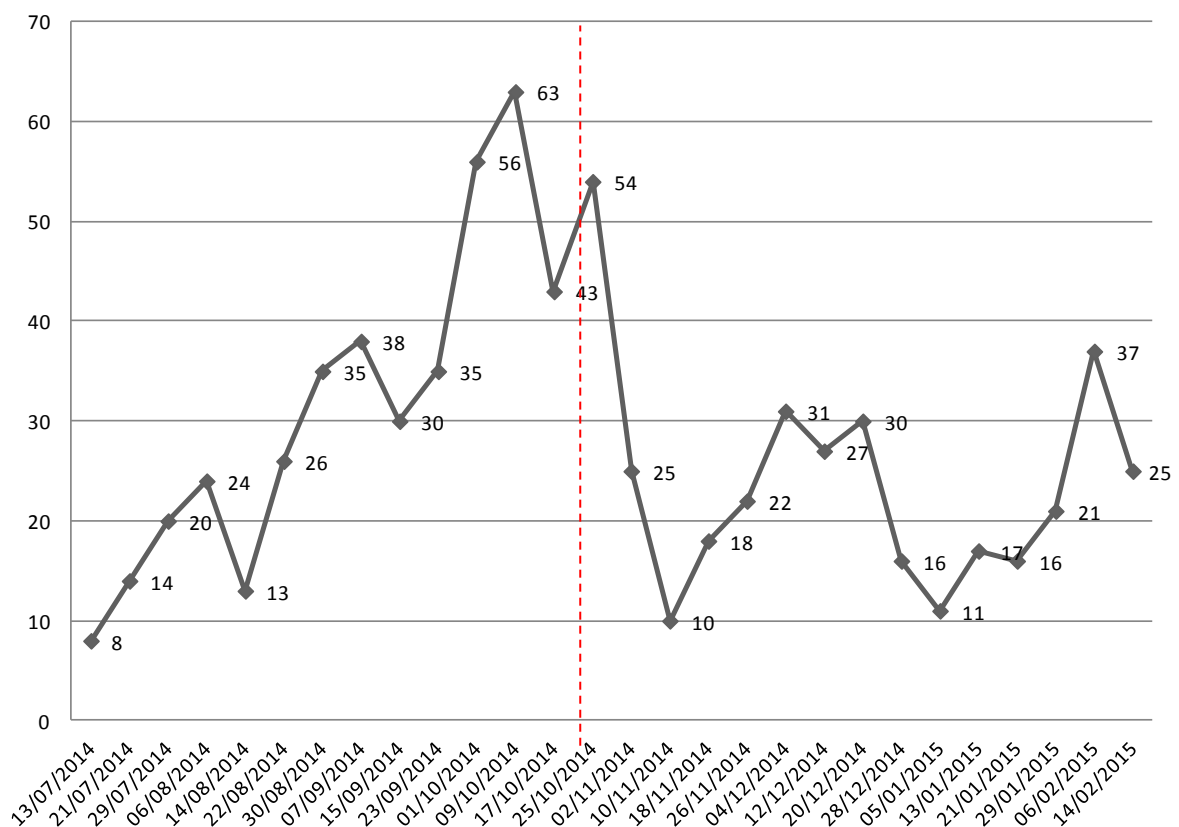
⁷³ Sobre as figuras de linguagem metonímia e prosopopeia, Andre (1982) define a metonímia como “o emprego de um termo em lugar de outro, havendo entre ambos estreita afinidade ou contiguidade de sentido”; e a prosopopeia, segundo o autor, é “a atribuição de ações ou qualidades humanas a seres inanimados, irracionais ou mesmo abstratos”. Seria necessário, no entanto, um estudo separado de cada caso em que a sigla é mencionada dessa forma para compreender a razão predominante pela qual ela ocorre.

⁷⁴ <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140806-44122-nac-1-pri-a1-not>

2.2. Resultados

No total do período de análise – que compreende entre 13 de julho de 2014 e 12 de fevereiro de 2015 foram analisadas 765 notícias em todos os cadernos que falam sobre política e nas capas dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. As notícias foram acessadas a partir do acervo online dos três jornais sendo utilizado um *login* de assinante para acesso nas três plataformas. É possível notar um aumento considerável na quantidade de notícias entre as datas do final de agosto e final de outubro, como pode ser visto no Gráfico 2. O primeiro turno das eleições de 2014 foi no dia 5 de outubro e o segundo turno no dia 26 do mesmo mês.

Gráfico 2 – Notícias por data

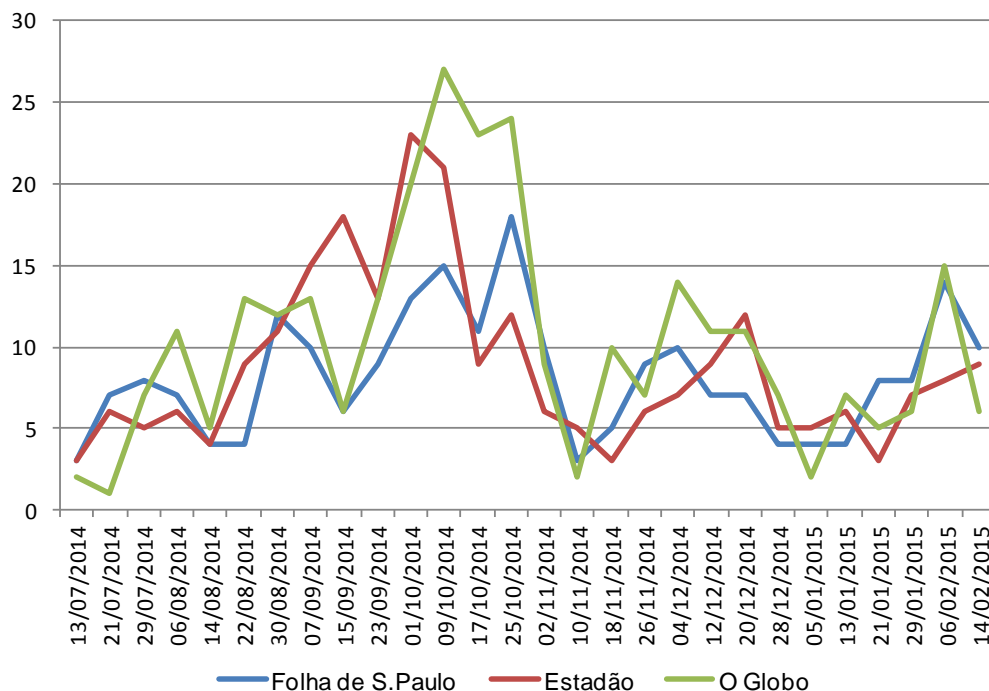


Vale ressaltar também a presença de diversas denúncias relacionadas à Operação Lava Jato na Petrobras, que estava em período de depoimentos de delação premiada, o que pode ter afetado para mais tanto o número de notícias quanto as menções de determinadas siglas. A

data com maior número de notícias foi no dia 09 de outubro em que foram analisadas 63 matérias. Esta data corresponde a quatro dias após o primeiro turno das eleições, mas a principal manchete do dia foi a denúncia durante a delação premiada do ex-diretor da estatal em que ele alega ter pagado propina e beneficiado alguns partidos. Além disso, no mesmo dia houve os anúncios de apoios dos partidos para o segundo turno das eleições. A data com menor número foi 13 de julho, com apenas 8 notícias analisadas.

A agenda⁷⁵ das eleições é um fator determinante no cenário político no momento de seleção das notícias a serem veiculadas. Aumentam também os valores notícia de relevância e disponibilidade. Ao analisar os três jornais de forma separada, é possível notar uma constância maior no número de matérias publicadas na *Folha de S.Paulo* e uma variação maior no jornal *O Globo* como pode ser observado no Gráfico 3. Apesar de mais constante, não exclui a característica de aumento no número de notícias no período pré-eleitoral, mais próximo das eleições. É possível observar também que apesar de os picos se darem em datas diferentes nos três periódicos (Na *Folha* no dia 25 de outubro, no *Estado*, dia 1º de outubro e no *O Globo* dia 09) em geral os comportamentos dos três jornais no período são muito similares.

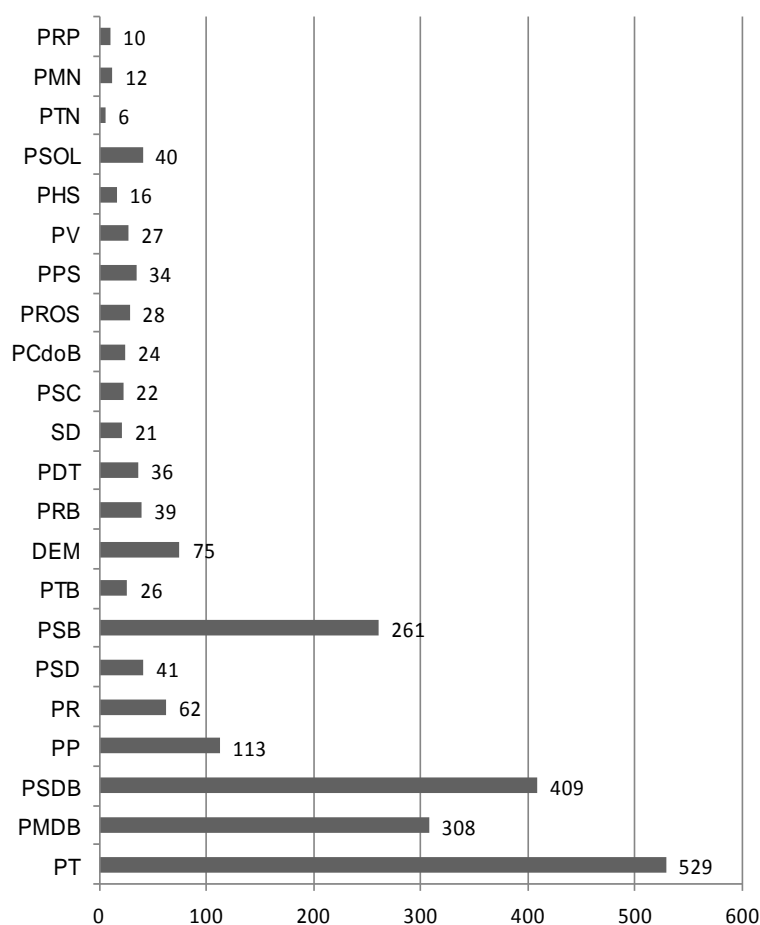
Gráfico 3 – Notícias por jornal e data



⁷⁵ Sobre o agenda setting, Antonio Hoefeldt define “se estabelece uma verdadeira correlação entre a agenda da mídia e a do receptor, mas também a agenda do receptor pode e acaba influenciando a agenda da mídia” (2001, p. 197-198)

Quando consideradas as menções de partidos nas notícias é interessante observar a predominância do PT frente a qualquer outra sigla, como pode ser observado no gráfico 4. O partido foi mencionado 529 vezes se consideradas todas as matérias analisadas. A diferença é de 120 menções para o segundo colocado, o PSDB. Nenhuma das siglas consideradas deixou de ser mencionada. A que teve menos citações foi o PTN com apenas seis aparições nas quatro semanas analisadas. Entre as siglas mais citadas, três correspondem aos principais candidatos durante as eleições em 2014, em primeiro lugar o PT de Dilma Rousseff, em segundo o PSDB de Aécio Neves e em quarto o PSB de Eduardo Campos / Marina Silva. O terceiro lugar corresponde ao PMDB, sigla associada às maiores bancadas nas duas casas do Congresso, partido também do vice-presidente Michel Temer.

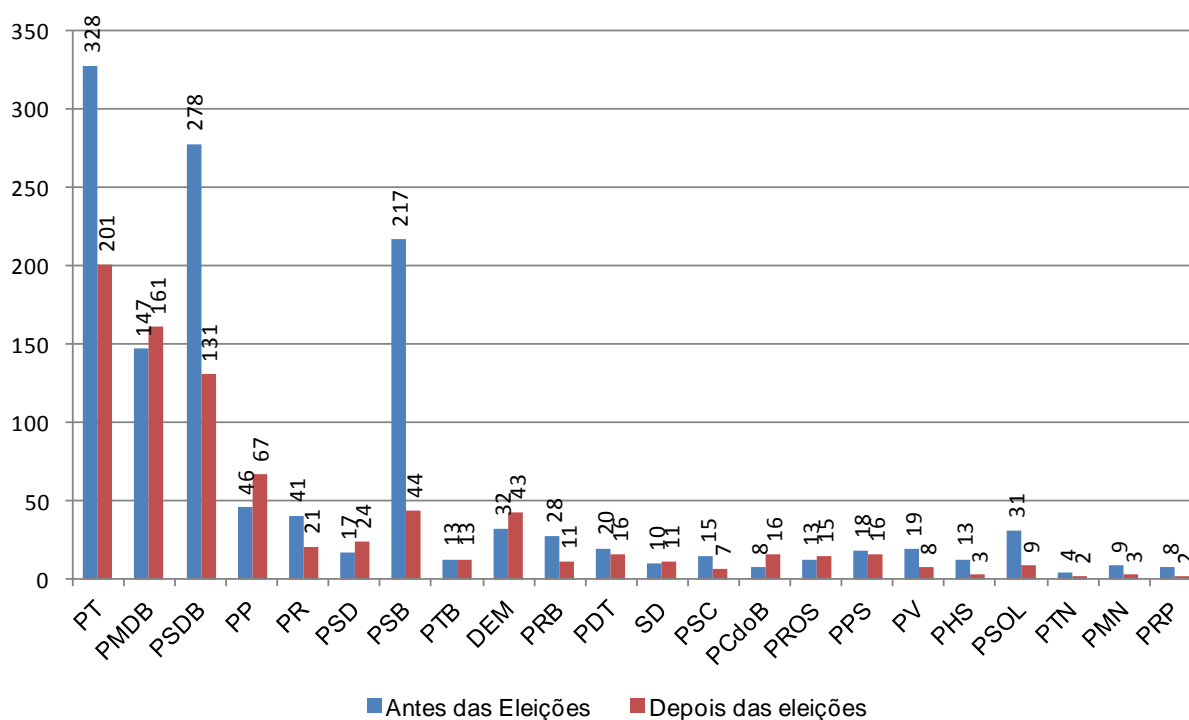
Gráfico 4 – Número de menções por partido



Ocorre um fenômeno notável quando separados os períodos pré e pós-eleitorais. Os três principais partidos referentes aos três principais candidatos à presidência têm uma diferença

considerável entre os dois períodos, como observado no gráfico 5. Na época antes das eleições, PT, PSDB e PSB ganham destaque nos noticiários. O PSB chega a uma diferença de quase cinco vezes mais menções no período pré-eleitoral para o período após as eleições. Essa diferença pouco afetou o PMDB, cujas menções permaneceram pouco alteradas antes e depois do pleito. Alguns partidos mantêm uma constância no número de menções, é o caso do PDT, SD, PROS e PPS. Poucas siglas cresceram em número de menções no período pós-eleitoral, foi o caso do PMDB (que teve um leve crescimento), do PP, PSD e DEM. O valor total de menções a partidos antes do pleito é 1315, enquanto depois das eleições esse valor cai para 824.

Gráfico 5 – Menção antes e depois das eleições

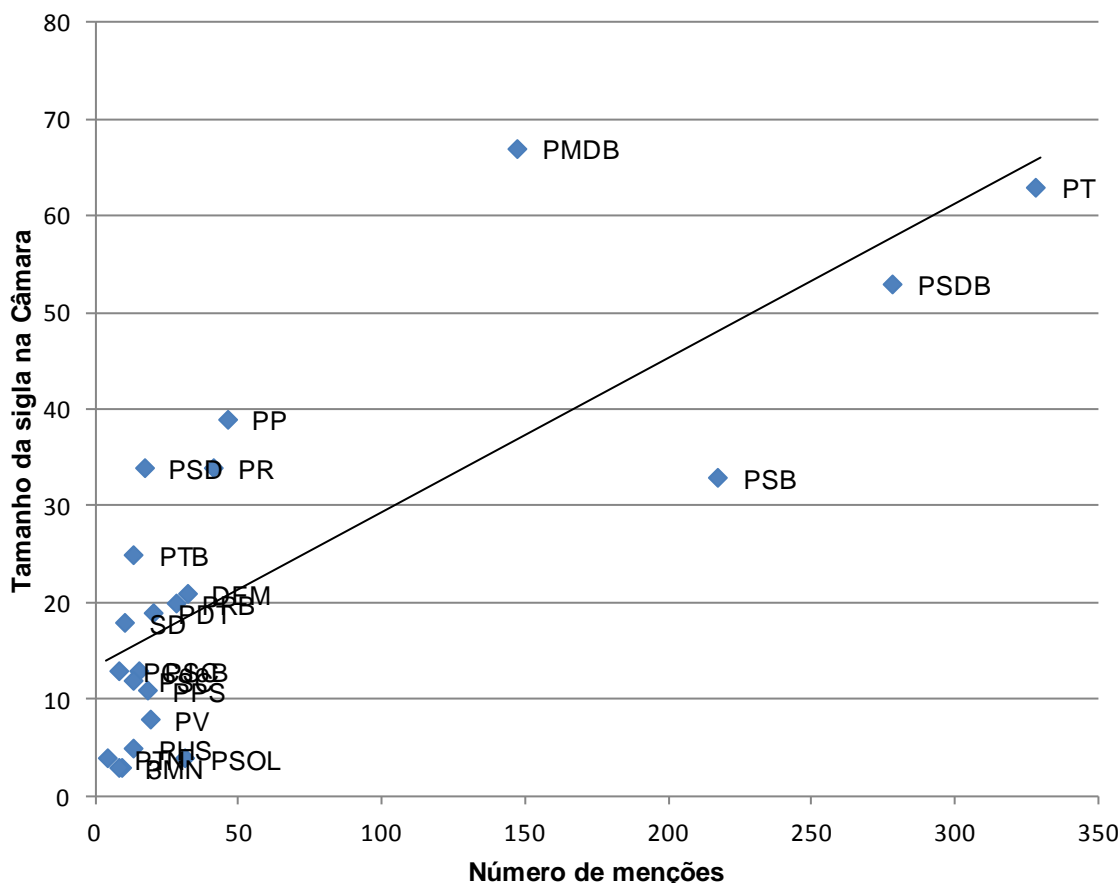


Ao criar um gráfico de dispersão relacionando o tamanho da bancada do partido na câmara e o número de menções do partido nos jornais antes e depois das eleições podem-se estabelecer algumas relações. A primeira delas é a tendência de partidos maiores (PMDB, PT e PSDB) serem mais mencionados, tanto antes quanto após as eleições como é possível observar nos gráficos 6 e 7.

Alguns partidos que possuíam candidatos à presidência – como é o caso, principalmente do PSB, e também do PSOL – possuem realidades diferentes nos períodos pré

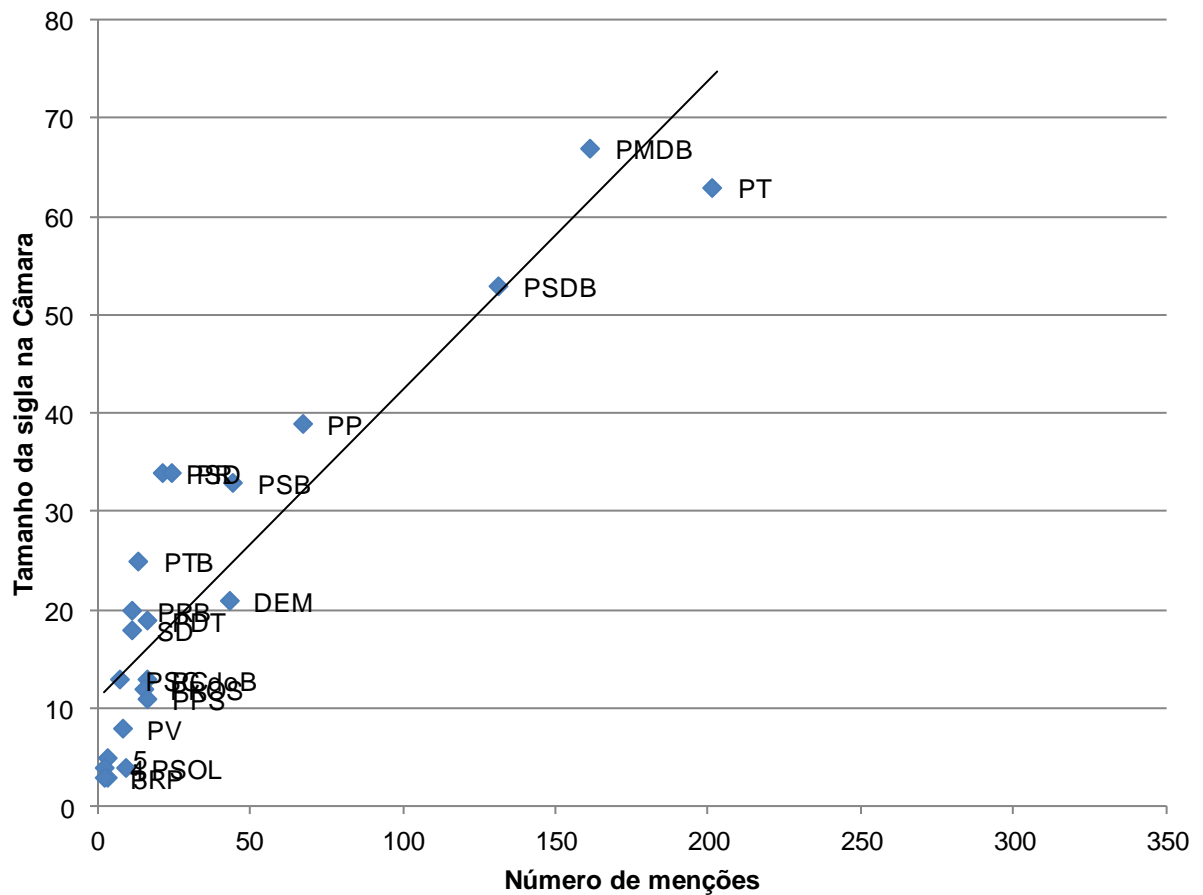
e pós-eleitoral. A candidata Marina Silva agrega muito ao PSB no período das eleições, bem como a tragédia com Eduardo Campos que envolveu o partido.

Gráfico 6 - Tendência de menção do partido por tamanho da bancada antes das eleições

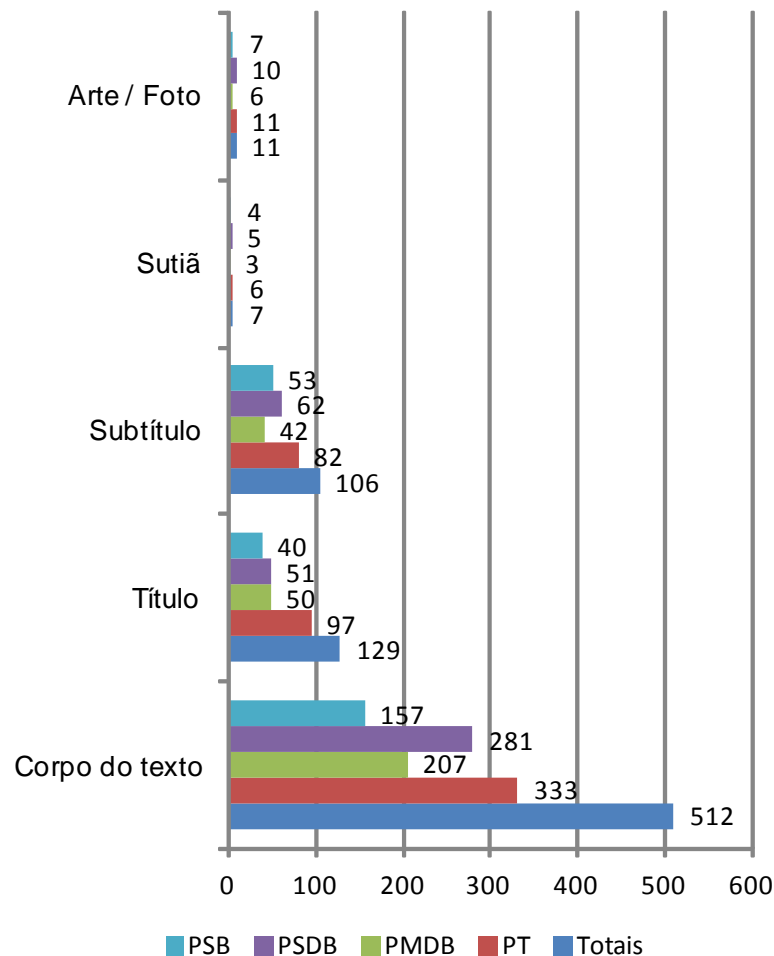


Os gráficos de correlação apresentam dados sobre o número de notícias e o tamanho da bancada na Câmara. Esta medida é uma aproximação relativa do tamanho do poder eleitoral e político de cada partido. A expectativa é que, quanto maior o poder, maior a visibilidade midiática. Os gráficos confirmam essa probabilidade, mas sugerem que os partidos à direita da reta tiveram mais visibilidade que o correspondente a maior poder eleitoral, principalmente no período antes das eleições (gráfico 6). Coincidentemente, são os partidos com candidatos fortes à Presidência em 2014. Após as eleições a correlação – poder eleitoral e político – se aproxima, e os valores ficam mais perto (gráfico 7).

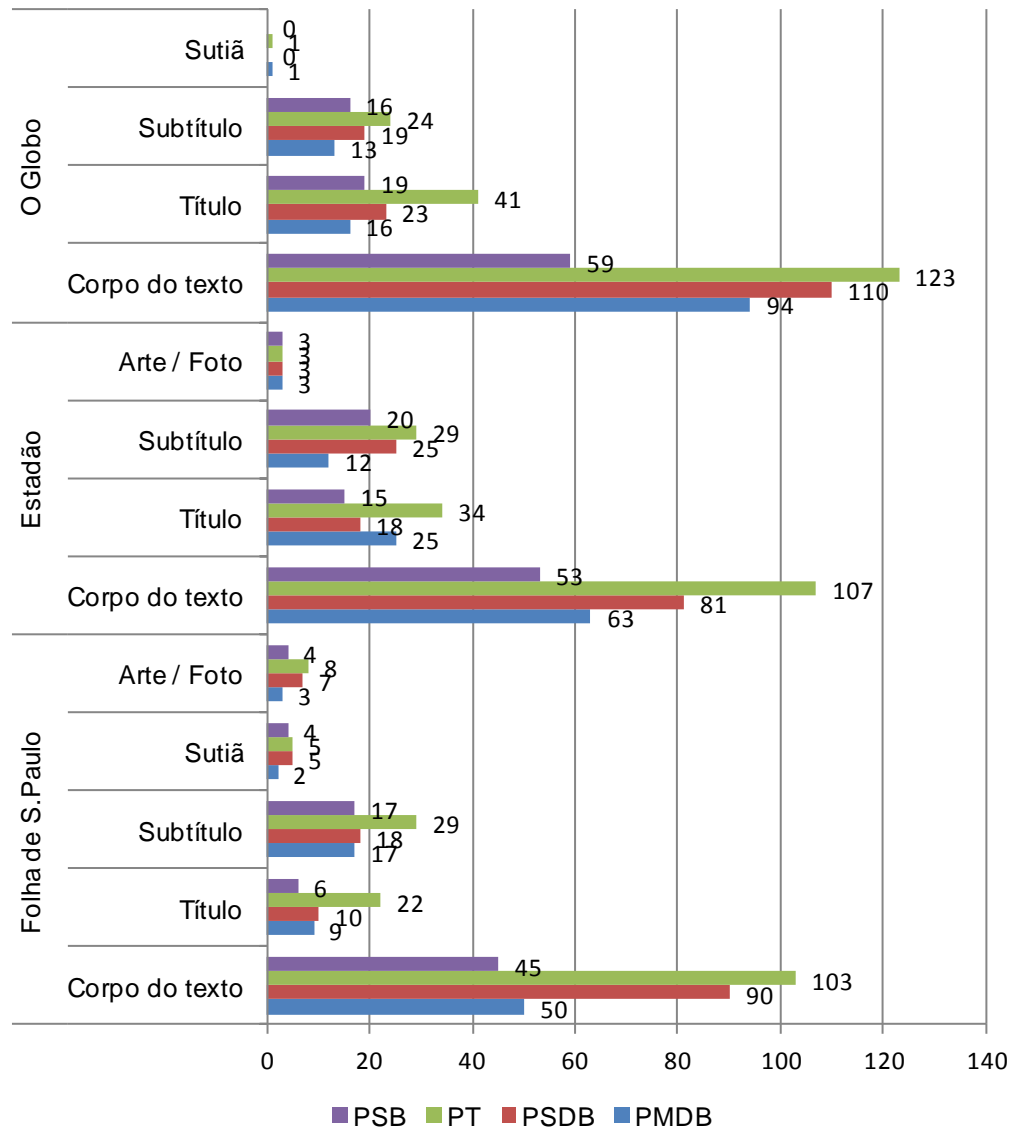
Gráfico 7 - Tendência de menção do partido por tamanho da bancada depois das eleições



Sobre os locais aonde aparecia a primeira vez a sigla, a predominância foi o corpo da matéria, como é possível verificar no gráfico 8. Poucas foram às vezes em que a sigla apareceu apenas na arte ou foto, somente em casos especiais, e somente na Folha e no Estado. Vale notar que em todos os periódicos a propensão é por aparecer mais a sigla do governo, independente do local do texto aonde ela se situa. A predominância, independente do periódico, é da presença da sigla no corpo do texto, sendo o caso de 512 de um total de 765 menções.

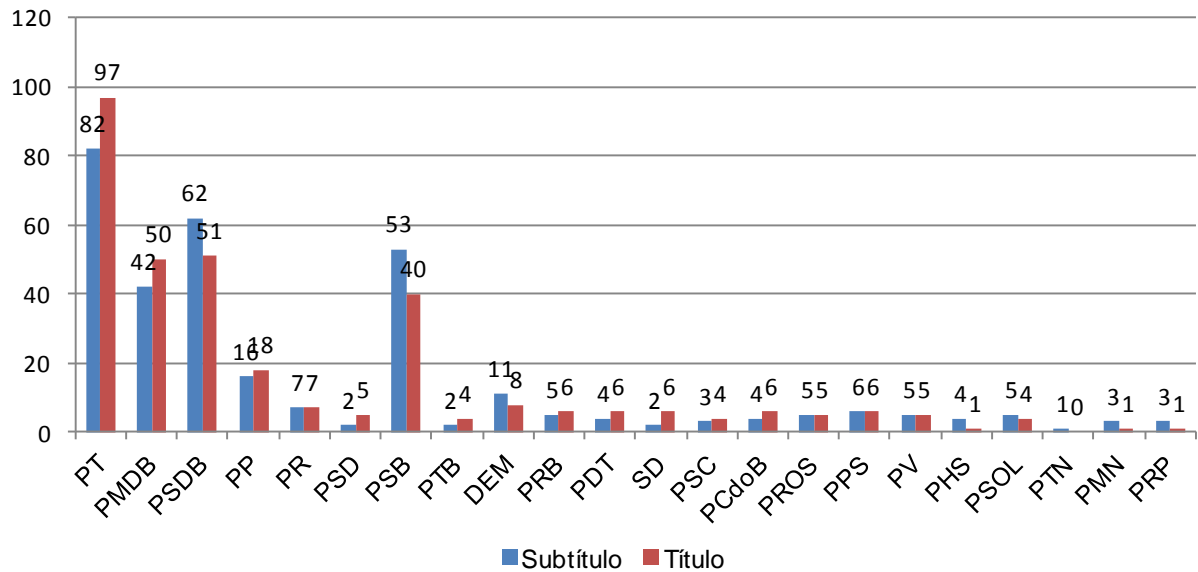
Gráfico 8 – Posição da sigla no texto

Quando considerados separadamente a *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, os resultados se modificam levemente (na análise combinada dos locais de aparecimento das siglas com os partidos mais mencionados). Como pode ser observado no gráfico 9, *O Globo* praticamente não se utiliza de sutiã e de arte ou foto para destacar as siglas. Enquanto isso, a *Folha* tende mais a criar artes em que os partidos aparecem. Pode ser uma escolha editorial dos periódicos a preferência pelo texto corrido ou pela arte. Se considerados os títulos, *O Globo* tem maior tendência a mencionar siglas logo nas manchetes, principalmente no caso do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, a *Folha* opta pela menção no corpo do texto ou no subtítulo em detrimento do título. O comportamento dos partidos é semelhante nos três periódicos, sendo sempre mais mencionado o PT, normalmente seguido do PSDB.

Gráfico 9 – Posição da sigla no texto por periódico

Quando considerada a posição da sigla no texto, alguns partidos têm uma probabilidade maior de aparecerem nas áreas de destaque, como pode ser notado no gráfico 10. Título e subtítulo, áreas nobres de maior visibilidade no texto são mais preenchidos com PT, PMDB e PSDB. O PSB também teve um alto índice de menções no período analisado, o que pode ser atribuído a dois fatores: a morte de seu candidato à presidência durante o período eleitoral e à força que ganhou com Marina Silva como candidata durante também as eleições.

Gráfico 10 – Menção em áreas de destaque



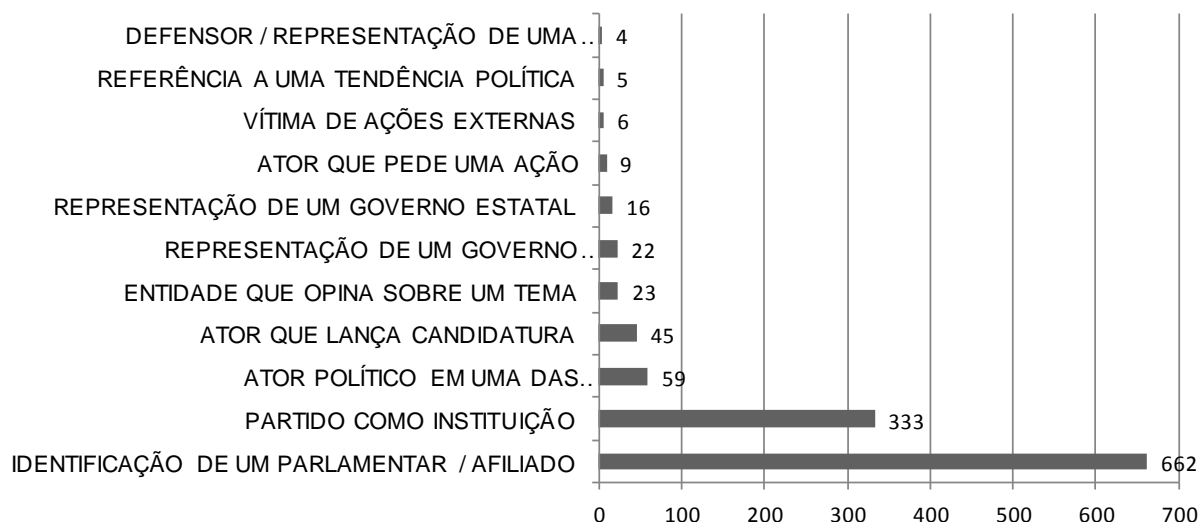
Sobre as razões pelas quais um partido é mencionado, é clara a predominância das menções do partido como identificação de um parlamentar como pode ser observado nos resultados do gráfico 11. Os valores dessa categoria são quase o dobro do segundo colocado – o partido como uma instituição. Apesar de majoritárias, essas duas categorias juntas – o partido como identificação de um parlamentar e como instituição – são responsáveis por 84% do total das menções. As categorias com menos menções são, a do partido como defensor ou representação de uma ideologia, a do partido como referência a uma tendência política e a do partido como vítima de ações externas.

Essa tendência corrobora com os autores Katz e Mair (1995) e Maria D’Alva Kinzo (2005), no que se refere à perda da clara identidade ideológica em prol da imagem de um candidato com presença midiática forte e da baixa presença do partido como instituição ideológica. Além disso, o resultado mostra uma tendência de personalização das notícias, em que a busca é por noticiar debates ou decisões em que diversos parlamentares estão inseridos, e não o partido em si.

Existem aqui duas orientações, uma é por noticiar fatos protagonizados por pessoas, e, como é costume identificar os parlamentares ou governantes por partido e estado – ou Unidade Federativa – há a predominância da menção do partido como identificação de um parlamentar. Isso mostra uma predominância do valor notícia de notoriedade no momento da seleção dos temas a serem divulgados, protagonizados por pessoas notáveis da política brasileira. A segunda orientação, talvez esteja aqui fora do âmbito midiático, e mais inserido no âmbito organizativo dos partidos em que, no caso, as próprias siglas não explicitam a

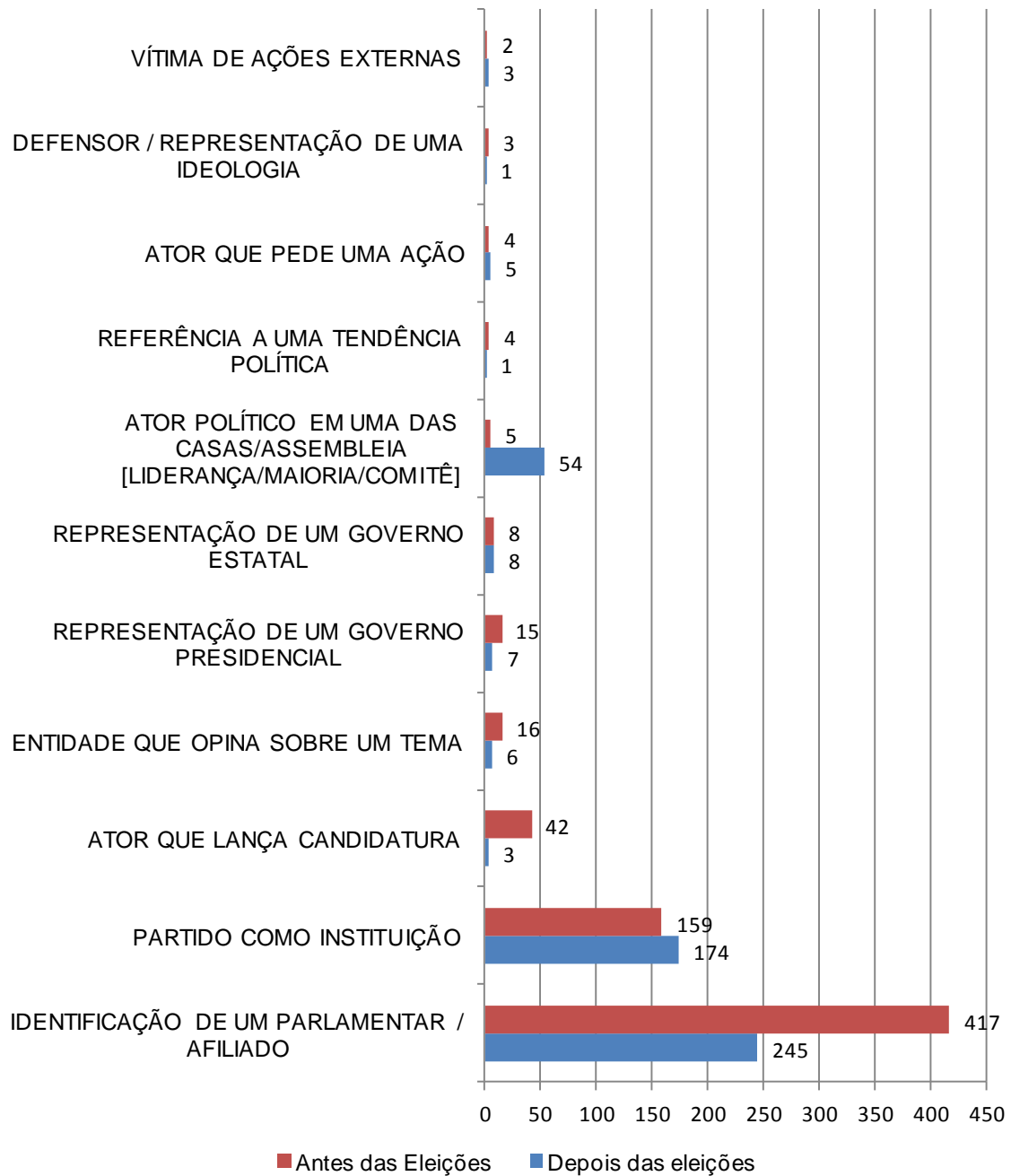
opinião ou posicionamento frente a um debate, o que dificulta, de certa forma, a existência de notícias protagonizadas por partidos e não por parlamentares.

Gráfico 11 - Razões da citação do partido



Quando separados entre períodos pré e pós-eleitorais, como é o caso do gráfico 12, alguns resultados são interessantes. Por exemplo, a menção de partidos como identificação de parlamentares cai depois das eleições para pouco mais da metade desse valor antes delas. Por outro lado, é expressivo o crescimento no período pós-eleitoral da menção de partidos como atores políticos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. O valor aumenta dez vezes do período anterior para o posterior. Como já era de se esperar, a menção do partido como ator que lança uma candidatura está intimamente ligada ao período pré-eleitoral, sendo reduzido a apenas três menções nas duas semanas analisadas após as eleições. O restante das categorias sofreu poucas modificações no período anterior e posterior ao pleito.

A cara legislativa do partido, representada por ator político em uma das casas, ganha força no período pós-eleitoral enquanto a cara eleitoral, presente no lançamento de campanha perde após as eleições, como era de se esperar.

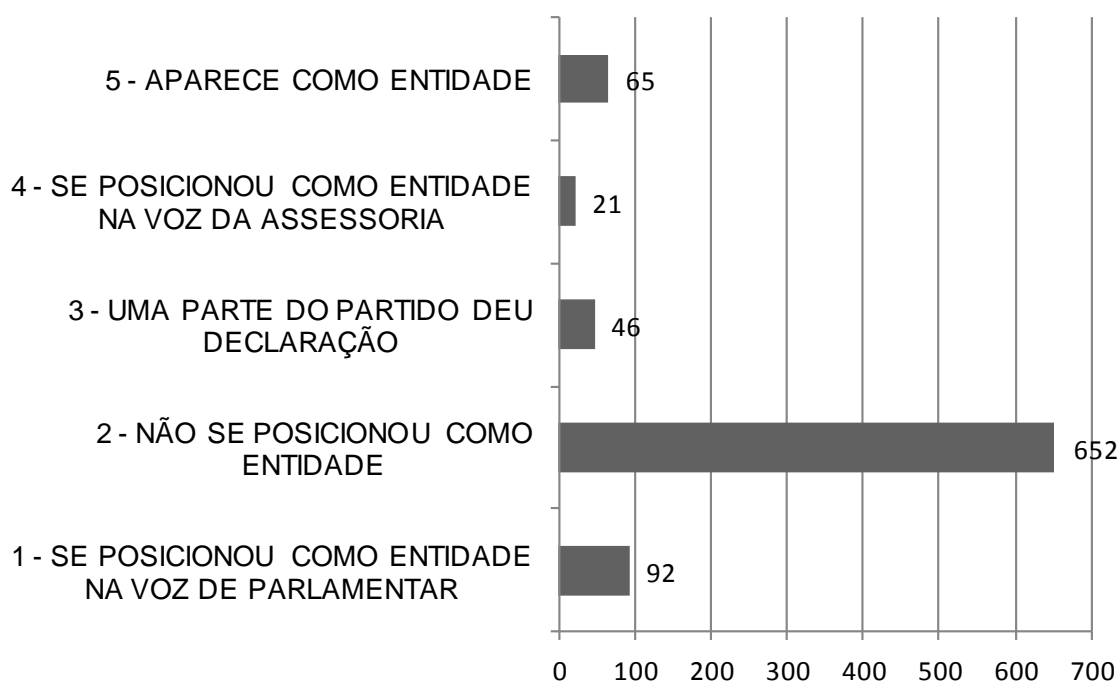
Gráfico 12 - Razões da citação por período

Quando analisado o posicionamento do partido, a discrepância é ainda maior como observado nos valores do gráfico 13. Os valores de quando o partido não se posiciona como entidade são pelo menos sete vezes maiores que o das outras categorias. Em 652 das 876 menções o(s) partido(s) mencionado(s) não se posiciona(m) como entidade. Em seguida vem o posicionamento do partido a partir da voz de um parlamentar que responde em nome da sigla, seguido da menção do partido como entidade.

Esse resultado pode ter diversas razões, no entanto a principal delas é que, na maioria das vezes, a notícia não trata sobre o partido, mas sobre uma decisão ou debate em que um parlamentar ou governante é citado. E como é de praxe a identificação do parlamentar por partido e Unidade Federativa é natural que o resultado em que o partido não se posiciona como entidade seja predominante, visto que ele não é o ator principal da notícia.

É interessante observar que poucas vezes é feito o uso – ou a busca por meio das redações – pela assessoria de imprensa do partido, seja na liberação de nota ou mesmo da menção da assessoria na matéria. A única grande diferença nessa categoria entre o período antes e depois das eleições é o número de vezes que o partido não se posiciona como entidade – 401 vezes antes contra 251 vezes depois. No entanto essa categoria não pode ser considerada individualmente visto que o número de menções antes e depois do pleito também varia.

Gráfico 13 - Posicionamento do partido



Apenas em 41 notícias houve a necessidade de colocar observações⁷⁶ acrescentando siglas que não estavam entre as selecionadas.

⁷⁶ Uma observação interessante detectada foi a presença diversas vezes do posicionamento do partido Rede Sustentabilidade, que à época ainda não era reconhecido pela justiça eleitoral, no entanto já contava com algumas matérias em que aparecia como instituição ou mesmo opinando sobre um tema.

2.3. Discussão

A análise da representação político partidária nesses três jornais trouxe alguns resultados interessantes sobre a menção dos partidos políticos e o seu tratamento em jornais impressos de grande circulação no Brasil. Entre os principais pontos que podem ser mencionados estão: a tendência de personalização, que pode ser justificada tanto com base no valor-notícia quanto com base na tendência de popularização dos partidos, que se aproximam cada vez mais das características dos partidos de cartel e das democracias de audiência; a grande diferença no número de menções entre os partidos com representação no Congresso, que pode ser explicada tanto por uma possível grande eficiência na organização externa eleitoral desses partidos quanto pelas figuras que concorrem as eleições, as quais possuem um grande apelo midiático; a tendência maior de algumas siglas de ganhar espaço em áreas de destaque da notícia; e a grande maioria dos casos em que o partido não se posiciona como entidade, que pode ser explicado tanto pela personalização quanto pelas possíveis divergências no âmbito interno da organização dos partidos.

Quando considerado o cenário da mídia brasileira é possível notar que teorias aparentemente opostas como é o caso de Maria D'Alva Kinzo (2005, p.7) sobre a relação entre o baixo índice de identificação partidária no Brasil e a combinação entre informação limitada sobre os partidos, baixo nível educacional e alta complexidade da competição eleitoral; e Maria do Socorro Braga e Jairo Pimentel (2011) sobre a existência de identificação partidária, principalmente com as duas maiores siglas (PT e PSDB) que levam aos resultados eleitorais que têm se repetido nas eleições desde 2002, se complementam.

Se por um lado as menções a pequenos partidos são muito poucas quando considerado o período de análise, por outro, as siglas que contém os principais candidatos à presidência têm mais presença midiática se considerados os jornais analisados. Isso mostra uma tendência à baixa informação sobre a vasta maioria dos partidos (como demonstrado nos gráficos 6 e 7), deixando o destaque para alguns poucos, o que se reflete também nas urnas. Além disso, o fato de apenas nove de um total global de 1184 razões para a menção dos partidos corresponderem à sigla como representante de uma ideologia ou tendência política torna pouco provável o fato de um possível leitor desses jornais virem a desenvolver uma identificação com uma possível ideologia partidária.

A falta da presença partidária como representação ou defensor de uma ideologia ou tendência política corrobora com os autores que defendem que houve uma perda da

associação dos partidos a identidades ideológicas claras, mesmo pela necessidade de conseguir maior número de filiados e apoiadores. As ideologias se tornam segundo plano frente a personalidades marcantes que buscam também a personalização do próprio âmbito eleitoral do partido, dissociando-o de possíveis ideologias que restringissem o voto de possíveis eleitores. Os próprios partidos, mesmo que situados mais à direita ou à esquerda do espectro, não aparecem claramente como defensor exclusivo e claro de uma ideologia.

O resultado confirma os estudos de Katz e Mair (1995) e Gunther e Diamond (2003) que demonstram uma perda da ideologização do partido em prol da formação de cartéis e aquisição de eleitores. Logo, a baixa associação dessas siglas a uma ideologia ou tendência específica demonstra que no discurso e no conjunto de ações midiáticas em que há a presença do partido político, pouca ênfase é dada ao aspecto ideológico enquanto o político tem grande evidência. O resultado dialoga também com Lima (2004), quando defende que ganha poder o político que possui apelo midiático. Além disso, Manin (1997), quando discorre sobre a democracia de audiência explícita de forma bem clara o que pode ser observado pela tendência mostrada nos resultados da análise: não se vota mais em partidos ou plataformas, mas em pessoas:

[...] people vote differently from one election to another, depending on the particular persons competing for their vote. Voters tend increasingly to vote for a person and no longer for a party or a platform. (MANIN, 1997, p. 219)

Apesar de considerado por alguns autores como uma crise de representação, pode-se afirmar que é uma mudança no modelo de representação, em que o poder político e, principalmente o poder eleitoral, a cara eleitoral dos partidos estão cada vez mais personalizados e isso se reflete nas notícias divulgadas na imprensa.

O alto índice de menções dos partidos como identificação de parlamentares mostra uma tendência forte de personalização das notícias, que tendem a considerar indivíduos como valor-notícia. Como explicado por Traquina, a personalização consiste em “*valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa*” (2005b, p. 92). Esse artifício é buscado para aumentar a notabilidade do fato, além de aumentar a identificação, afinal “*pessoas se interessam por outras pessoas*” (Idem). Inclusive manuais práticos de jornalismo político instigam o repórter a ir atrás dos políticos como principais fontes. Franklin Martins, em seu *Manual de Jornalismo Político* (2005) ressalta que é importante inclusive conhecer a personalidade dos principais políticos que protagonizam as ações.

Vale ressaltar que essa característica de personalização predomina na fase pré-eleitoral em que os atores políticos, principalmente candidatos estão em plena corrida pela popularização e, dessa forma executam diversas ações que dão origem a acontecimentos midiáticos. Quando fora do período eleitoral os números das menções de partidos como caracterização de parlamentares e das referências como instituição tendem a se aproximar, o que mostra de fato, a presença de uma menção da máquina partidária como ator, de certa forma, sem que, no entanto, emita opinião.

Talvez o simples fato de mencionar o partido político como uma instituição, associando a sigla a um verbo de ação seja reflexo dessa necessidade de personalização. Cristina Ponte (2005), quando disserta sobre a análise do discurso demonstra de forma muito interessante a busca por criar identificação com o leitor por meio da personalização do discurso.

[...] as descrições jornalísticas de eventos não controlados humanamente [...] vão além do registro depurado de factos e actuam como processos de identificação com o leitor. Fazem-no acentuando o lado comum da vítima, como descrições de particularidades arbitrárias ou detalhes biográficos, e eliminando ou limitando a intervenção humana na acção por uma diversidade de processos discursivos (PONTE, 2005, p.66).

No entanto, o fato de o partido raras vezes ter voz como possui um parlamentar ou político pode levar a uma fragilidade na ação partidária. O fato de não possuir a fala pode ser justificado de duas formas, a primeira, de aspecto organizativo do partido, se refere à pouca existência de vida partidária em que os afiliados do partido se reúnem, debatem temas e dão coletivas explicitando as opiniões e posicionamentos da sigla. Pode-se justificar também pelas teorias de Alcántara e Freidenberg (2001) que explicitam a dificuldade das diversas caras existentes na organização partidária entrarem em um consenso que abarque a totalidade do partido. Outro aspecto é o jornalístico: as redações normalmente possuem setoristas no Congresso Nacional e dificilmente o mesmo se aplica aos diretórios de todos os partidos políticos. Portanto a menos que a própria sigla vá ao encontro do jornalista, é muito difícil que este saiba o que se passa dentro do âmbito organizacional dos partidos. O valor notícia de disponibilidade fica claro aqui.

Vale explicitar mais uma vez os aspectos pré e pós-eleitorais que interferem diretamente na quantidade de notícias que possuem a presença de partidos políticos. Eles podem ser justificados tanto pelos valores de disponibilidade quanto pelas características do

agenda midiático característico do período eleitoral em que, tanto partidos quanto candidatos ganham destaque devido ao aumento de eventos e debates em que existe a presença partidária clara.

É interessante notar o crescimento da razão do partido como ator em uma das casas. Com o término da disputa eleitoral entra em foco a disputa entre os partidos que estão no poder, e os diálogos entre governo e Congresso. O resultado corrobora com Alcántara e Freidenberg (2001), no tocante da mudança da “face” em destaque mostrada pela organização partidária. Após as eleições, a face de organização eleitoral das siglas perde relevância no espaço dos jornais em prol das faces de organização de governo e organização legislativa, seus diálogos e relações.

Quanto à grande diferença no número de menções dos diversos partidos, o resultado é interessante. Os três partidos com maior número de citações – PT, PSDB e PMDB – correspondem respectivamente à sigla do governo, ao maior partido de oposição e às presidências nas casas legislativas. Esse fator pode ser explicado pelo valor-notícia de notoriedade. Partidos que possuem mais poder de decisão dentro de algum aspecto do cenário político ganham mais visibilidade. Esse fato pode ser um auxiliar, no caso da continuação do estudo ou mesmo da realização de estudos correlatos, na compreensão do baixo índice de identificação partidária com siglas menores e, por outro lado, das principais siglas com reconhecimento serem justamente dos partidos mais mencionados (como pode ser observado no Gráfico 6). Além disso, essas três principais siglas são também as mais propensas a serem mencionadas nos títulos e subtítulos das matérias, o que garante maior visibilidade, mesmo para quem não lê a notícia como um todo.

Em outras palavras, se um dos principais fatores que dificulta a criação de identidade partidária é a baixa visibilidade dos partidos, levando-os a ser pouco conhecidos pelo eleitorado, espera-se que os eleitores que têm mais acesso à informação política e conseguem obter mais informações sobre os partidos, estejam mais propensos a criar alguma identificação com algum dos principais partidos. E, por outro lado, os partidos que pouco aparecem dificilmente serão conhecidos e terão grande número de apoiadores.

Por último, vale mencionar o número prevaiente do não posicionamento do partido como entidade. Esse resultado corrobora de várias formas com alguns dos autores mencionados. Em primeiro lugar, o não posicionamento do partido como entidade revela uma dinâmica interessante da organização partidária. Por mais que tenham um posicionamento sobre algum tema, o próprio fato de as siglas serem cenário de diversas opiniões que se unem em prol de um objetivo comum restringe a utilização da voz da organização como um bloco

unânime de opinião. No entanto, quando necessário, a sigla se utiliza de uma voz de sua liderança para responder pelo partido, de forma a unificar a voz da instituição. Esse resultado demonstra o que Alcántara e Freidenberg (2001) defendem em seu texto, o partido é uma organização complexa com diversas faces que por vezes estão em destaque ou em segundo plano. O fato de o partido ser cenário também, além de ator, faz com que diversas vezes não haja uma única opinião ou posicionamento a ser explicitado pela sigla no momento de se posicionar.

Cabe aqui acrescentar um complemento à teoria desses últimos autores, que depende de um aprofundamento de estudos. Talvez seja o caso de considerar uma outra face, não explicitada no texto dos teóricos, mas que permeia todas as outras cinco caras, constituindo-se uma sexta face independente da organização partidária. Essa face pode ser chamada de face midiática. Essa cara, dentro dos diversos âmbitos da organização interna e externa do partido, seria a responsável por mostrar o que se deseja revelar à mídia sem, no entanto, explicitar toda a complexidade de dimensões presentes nessas organizações.

Portanto, por exemplo, a menção do partido como instituição, que permeia as épocas tanto antes quanto após as eleições, sem necessariamente possuir uma cara que se sobressai, mas sendo protagonista de ações e estando presente em diversos âmbitos políticos demonstra uma cara adicional, uma face midiática de um partido que atua, sim, no cenário político, sem, entretanto, priorizar nenhuma das faces organizativas em especial, mas ainda assim, se fazendo presente na mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi uma busca por analisar as características da menção das 22 principais siglas de partidos políticos com representação na Câmara. Os resultados encontrados dialogam com diversas teorias, tanto da área de Ciência Política, sobre organização político-partidária e sua relação com o público externo, quanto com teorias do jornalismo de valor notícia e da relação entre mídia e política. De nenhum modo é possível afirmar que este estudo esgota todos os questionamentos que envolvem o tema, no entanto, segundo esta análise, foi possível observar algumas tendências no que diz respeito às notícias de jornalismo político em que são mencionados partidos em três importantes jornais do país.

A primeira delas é a importância dos valores notícia de personalização, de disponibilidade e da democracia de audiência no caso dos três jornais analisados – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – tanto no momento de buscar atores que possam falar na notícia e na atribuição de características humanas a instituições, quanto na escolha por dar voz a parlamentares. Essa característica acaba por vincular a imagem do partido a figuras de parlamentares, governantes ou candidatos e dissociá-lo de ideologias puramente ditas.

A segunda observação importante é a predominância de algumas siglas – PT, PMDB e PSDB – tanto nos locais de maior visibilidade da notícia, quanto no total de menções durante o período estudado. Essas três correspondem respectivamente ao partido do governo, à maior bancada no Congresso Nacional e a maior sigla de oposição. Essa característica valoriza o valor notícia de notoriedade, bem como diminui a chance de conhecimento das outras siglas, no caso desses três jornais, para um possível leitor.

Por último, a predominância da aparição das siglas sem que ela corresponda a um posicionamento explicitado pelo partido mostra que, por diversas vezes, o partido não tem voz de fala como organização. Isso pode ser explicado pelo fato de que o partido é uma organização complexa, composta por pessoas com pontos de vista diversos e que, muitas vezes, não entram em consenso entre si, impedindo, portanto, o partido de se posicionar de uma maneira determinada. Também o acréscimo do conceito de uma face midiática às caras do partido, que está diretamente atrelada à exposição pública da instituição partidária sem

deixar claro a qual âmbito organizativo se refere ao mesmo tempo em que busca espaço nos noticiários.

Vale salientar que os resultados encontrados acrescentam e confirmam estudos anteriores realizados sobre o tema em que há a demonstração da predominância da presença de algumas siglas nas notícias veiculadas nos periódicos brasileiros. Esse resultado mostra que por maior que seja o número de siglas, alguns principais partidos são o que disputam o cenário midiático e a arena política. A falta de presença de menções relacionadas a ideologias ou tendências políticas demonstra a tendência personalista da própria democracia brasileira que se desvencilha de ideais políticos em prol de discursos sociais generalistas e que buscam dar visibilidade a candidatos e não a ideias.

Seria ideal a execução de estudos posteriores em períodos fora do período eleitoral, bem como da análise de outros meios de comunicação para estabelecer um panorama mais claro de qual é a imagem divulgada na mídia sobre os partidos políticos, bem como o estabelecimento mais claro dessa possível face midiática presente nas organizações partidárias.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. **Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina**. In Partidos Políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001.

ANDI. **Imprensa e Racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/parlamento_e_racismo_na_midia.pdf. Acessado em: 12/11/2015.

ANDRE, H. A. de. **Gramática Ilustrada**. 3ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

BAUER, M. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JR, J.. **Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, v.17, n.2, novembro de 2011.

BRASIL. **Câmara dos Deputados: Lideranças e Bancadas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>. Acessado em: 28/11/2015.

BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: SECOM, 2014.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral: Evolução Histórica dos Partidos Políticos**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da->

[eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/a-evolucao-historica-dos-partidos-politicos](http://www.eje.org.br/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/a-evolucao-historica-dos-partidos-politicos).

Acessado em: 21/10/2015.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral: Registrados no TSE.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acessado em: 28/11/2015.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral: Relação de Filiados.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acessado em: 21/10/2015.

CARDOSO, G.. **A Mídia na Sociedade em Rede.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DATAFOLHA. **Preferência por Partidos Políticos.** São Paulo: 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1587139-71-dos-brasileiros-nao-tem-partido-de-preferencia.shtml>. Acessado em: 12/11/2015.

DEM. **Ideário.** Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Ideario-do-Democratas.pdf>. Acessado em: 28/10/2015.

EBC. **Como Funciona o Sistema Eleitoral Brasileiro.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/como-funciona-o-sistema-eleitoral-brasileiro>. Acessado em: 12/11/2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo de Notícias 13/07/14 a 12/02/15.** Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 28/10/2015.

FABER, M.. **Partidos políticos no Brasil.** Setembro, 2010. Disponível em: <http://historialivre.com/>. Acessado em: 12/11/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo de Notícias 13/07/14 a 12/02/15.** Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Acessado em: 28/10/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Eleições 2006: Estatuto dos Partidos**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/estatutos_dos_partidos-prb.pdf.

Acessado em: 28/10/2015.

FSB. **Mídia e política 2014: hábitos de informação e monitoramento político**. Brasília: 2014.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. **Species of political parties: A New Typology**. PARTY POLITICS, Londres, v. 9, n.2, p.167-199, 2003.

HANSEN, A. **Content Analysis**. In: HANSEN, A. et al. Mass communication research methods. Nova Iorque: NY University Press, 1998.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. (ORGS). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

JARDIN, A. **Alexis de Tocqueville, 1805-1859**. México, Fondo de Cultura, 1988.

JORGE, T. de M. **Manual do Foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

KATZ, R. S.; MAIR, P. **Changing models of party organization and party democracy: The Emergence of the Cartel Party**. PARTY POLITICS, Londres, v. 1, n.1, p.5-28, 1995.

KINZO, M, D'A. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, São Paulo, vol. 20, n.57, p. 65-81, fevereiro. 2005.

LIMA, V. A. de. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio de 2004.

MANIN, B.. **The Principles of Representative Government**. Nova Iorque: Cambridge Press, 1997.

MARTINS, F. **Jornalismo Político**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MOREIRA, F. B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Porto Alegre, junho de 2006.

MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

O GLOBO. **Acervo de Notícias 13/07/14 a 12/02/15**. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acessado em: 28/10/2015.

PCdoB. **O que é ser comunista: quatro atitudes**. Disponível em: http://pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=7&id_secao=145. Acessado em: 28/10/2015.

PDT. **Estatuto do Partido**. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/estatuto/do-partido/dos-objetivos>. Acessado em: 28/10/2015.

PDT. **História**. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/historia>. Acessado em: 28/10/2015.

PHS. **Conheça o PHS**. Disponível em: <http://phs.org.br/institucional/conheca-o-phs>. Acessado em: 28/10/2015.

PMDB. **Programa Partidário**. Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>. Acessado em: 28/10/2015.

PONTE, C. **Para entender as notícias: Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

PP. **Programa Partidário**. Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?sIT=119032>. Acessado em: 28/10/2015.

PPS. **Estatuto.** Disponível em: <http://docs.pps.org.br/18congresso-estatuto.pdf>. Acessado em: 28/10/2015.

PR. **Notícias Liberais.** Disponível em: http://www.partidodarepublica.org.br/partido/NOTICIAS_LIBERAIS_2005/noticias_2006_300.html. Acessado em: 28/10/2015.

PRB. **Estatuto.** Disponível em: http://www.prp.org.br/o_partido/estatuto.asp. Acessado em: 28/10/2015.

PROS. **Estatuto.** Disponível em: http://www.pros.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Estatuto_PROS.pdf. Acessado em: 28/10/2015.

PSB. **Quem Somos - Manifesto.** Disponível em: <http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>. Acessado em: 28/10/2015.

PSC. **Estatuto.** Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/partido-social-cristao/documentos/estatuto.html>. Acessado em: 28/10/2015.

PSD. **Princípios e Valores.** Disponível em: <http://psd.org.br/principios-e-valores/>. Acessado em: 28/10/2015.

PSDB. **Proposta de programa.** Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/Proposta_de_Programa_PSDB_2007.pdf. Acessado em: 28/10/2015.

PSOL. **Programa.** Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/programa/>. Acessado em: 28/10/2015.

PT. **Carta de Princípios.** Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>. Acessado em: 28/10/2015.

PTN. **Estatuto.** Disponível em: <http://www.ptn.org.br/2013/outros.asp?x=4>. Acessado em: 28/10/2015.

REBELLO, M. M. **Os partidos políticos: uma evolução de tipologias sob novos contextos.** In. III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política. Universidade Federal do Pampa: São Borja, 2014.

PTB. **Programa Partidário.** Disponível em: <http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=325>. Acessado em: 28/10/2015.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000).** 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOLIDARIEDADE. **Nossas Bandeiras.** Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br/nossas-bandeiras/>. Acessado em: 28/10/2015

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo (Volume I): Porque as notícias são como são.** 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo (Volume II): A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.